



MEDEIROS & MEDEIROS  
ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

# GRUPO ECOVIX

RECUPERAÇÃO JUDICIAL  
Nº 023/1.16.0012010-0  
(0021114-08.201.6.82.1002)

## RELATÓRIO MENSAL DE ATIVIDADES

COMPETÊNCIA: Janeiro de 2020.

Rio Grande, 17 de março de 2019





MEDEIROS & MEDEIROS  
ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

# ÍNDICE

RELATÓRIO MENSAL DE  
ATIVIDADES (RMA)

  
ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO
2. DESTAQUES
3. DESCRIÇÃO DAS EMPRESAS
4. INFORMAÇÕES OPERACIONAIS
5. ENDIVIDAMENTO
6. DADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS
7. PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL
8. PRESTAÇÃO DE CONTAS LEILÕES

# INTRODUÇÃO



O presente relatório reúne de forma sintética as informações operacionais, financeiras, econômicas e processuais da Recuperação Judicial das empresas do GRUPO ECOVIX.

Este RMA (Relatório Mensal de Atividades) reflete a análise técnica contábil, limitada às informações disponibilizadas, não exaustivas, sobre a situação da empresa.

Serão apresentadas informações de forma a elencar os principais pontos desenvolvidos e em andamento na empresa, com base na premissa básica descrita no art. 47 da Lei de Recuperação Judicial.

*“Art. 47. A recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade*

*econômica”*

Os dados foram coletados e analisados pela Medeiros & Medeiros Administração Judicial, na qualidade de administradora judicial da empresa Recuperanda, extraídos dos autos do processo de recuperação judicial, principalmente no que tange às informações contábeis e financeiras, e das visitas técnicas ocorridas na sede da empresa, bem como de reuniões com os seus procuradores e representantes.

Todos os documentos que serviram de base para a elaboração deste relatório estão disponíveis para consulta no site [www.administradorjudicial.adv.br](http://www.administradorjudicial.adv.br) e informações adicionais ou complementares podem ser obtidas diretamente com a Medeiros & Medeiros Administração Judicial.



## 1. ASPECTOS JURÍDICOS – ANDAMENTO PROCESSUAL

As correspondências do art. 22, I, "a", da Lei 11.101/2005, foram devidamente enviadas aos credores relacionados pelas Recuperandas, informando o valor e a classe dos créditos inicialmente arrolados.

O edital de que trata o art. 7º, §1º, do citado diploma legal, foi devidamente disponibilizado no DJE, na data de 13.02.2017, contendo a relação completa dos credores, oportunidade em que restaram advertidos acerca da abertura do prazo para apresentarem suas respectivas divergências/habilitações de crédito administrativamente

O Grupo Ecovix protocolou seu Plano de Recuperação Judicial na data de 17.02.2017, cujo aviso de recebimento foi devidamente publicado no Diário de Justiça Eletrônico no dia 11.04.2017.

A verificação dos créditos, com base nos livros contábeis e documentos comerciais e fiscais das devedoras, bem como nas divergências e habilitações apresentadas pelos credores, foi finalizada pela Administradora Judicial e devidamente protocolada nos autos recuperacionais, tendo sido publicizada através do edital do art. 7º, §2º, da Lei 11.101/2005 (disponibilizado no DJE no dia 15.05.2017), fixando-se o prazo de 30 (trinta) dias para que os credores oferecessem objeção ao plano, e 10 (dez) dias para impugnações à relação de créditos.

Foi convocada Assembleia Geral de Credores para o dia 19.07.2017, às 14h, em 1ª convocação, e para o dia 27.07.2017, em 2ª convocação, às 14h, que ocorreu no Centro de Eventos da Sociedade Amigos do Cassino, localizado na Avenida

Rio Grande, nº 98, Bairro Cassino, em Rio Grande/RS.

A assembleia geral de credores, instalada em segunda convocação, teve seu curso suspenso diversas vezes, cujos trabalhos foram retomados no dia 23.02.2018 às 10:00, no Auditório do Hotel Villa Moura Executivo, localizado na Rua General Neto, nº 333, Bairro Centro, em Rio Grande/RS. Nesta oportunidade, a solenidade foi novamente suspensa por deliberação dos credores, e retomada no dia 15.03.2018 no mesmo horário e local.

Todavia, por força da decisão proferida ao Agravo de Instrumento nº 70075604785, não houve a realização da solenidade.

Contudo, o citado recurso foi julgado prejudicado, sendo autorizada a continuidade solenidade assemblear. Para isso, foi indicada a data de 26.06.2018, às 14h, para retomada dos trabalhos, **oportunidade em que aprovado o plano de Recuperação Judicial apresentado – devidamente homologado pelo Juízo na data de 17.08.2018**

Atualmente, o feito se encontra em fase de cumprimento do Plano de Recuperação Judicial aprovado.

# 1. INTRODUÇÃO - ASPECTOS JURÍDICOS



## Cronograma Processual da Recuperação Judicial do ECOVIX

Data	Evento	Lei 11.101/05	Data	Evento	Lei 11.101/05
16/12/2016	Ajuizamento do Pedido de Recuperação		30/05/2017	Fim do prazo para apresentar impugnações ao Juízo (10 dias após publicação do 2º Edital)	
19/12/2016	Deferimento do Pedido de Recuperação.	art. 52, inciso I, II, III, IV e V e § 1º	28/06/2017	Fim do prazo para apresentar objeções ao PRJ (30 dias após a publicação do 2º Edital ou 30 dias após a publicação do aviso de recebimento do PRJ)	art. 53, § Único e art. 55, § Único
20/01/2017	Publicação do deferimento no D.J.E		19/07/2017	Realização da 1ª AGC	
14/02/2017	Publicação do 1º Edital	art. 52, § 1º e art. 7º, § 1º	27/07/2017	Realização da 2ª AGC	
09/03/2017	Fim do prazo para apresentar habilitações e divergências ao AJ (15 dias da publicação do 1º Edital)	art. 7º, § 1º	26/06/2018	Continuação da AGC – Aprovação do PRJ	
17/02/2017	Apresentação do Plano de Recuperação ao Juízo	art. 53	17/08/2018	Homologação do PRJ	
11/04/2017	Publicação de aviso sobre o recebimento do PRJ no D.O.	art. 53, § Único	17/08/2020	Fim do prazo de Recuperação Judicial (se cumpridas todas as obrigações vencíveis no prazo de 2 anos da concessão).	
16/05/2017	Publicação do Edital pelo AJ - 2º Edital (45 dias após apresentação de habilitações/divergências)	art. 7º, § 2º			

Nota: Quadro elaborado pela Administradora Judicial com base nos processos previstos na Lei 11.101/05 e as datas de suas ocorrências conforme o trâmite processual.

Eventos ocorridos  
 Não ocorrido

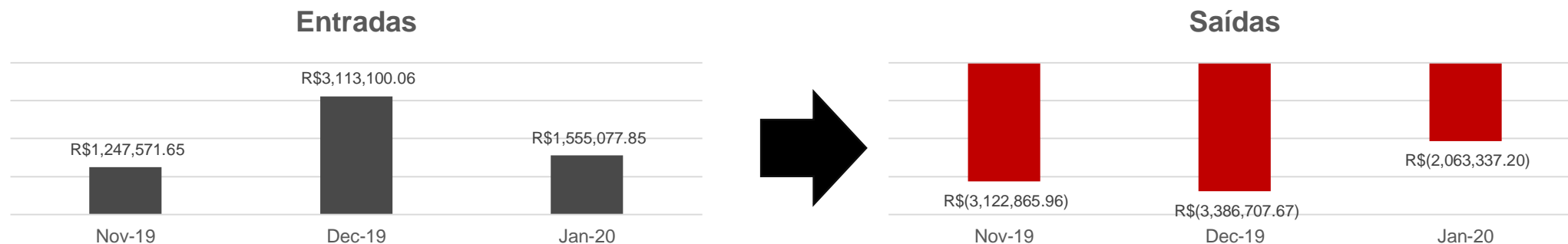




### GRUPO ECOVIX

#### Dados operacionais e financeiros

- **Atividade:** As empresas do Grupo Ecovix não possuem mais atividade operacional voltada à construção naval, em razão das rescisões contratuais com a Sete Brasil, Tupi BV e PNBV.
- Atualmente, o estaleiro tem atividades manutenção de grandes embarcações e já realizou operações de carregamento de madeira, que foram autorizadas pelo Porto de Rio Grande.
- **Quadro de colaboradores:** Em janeiro/2020, o Grupo Ecovix possuía 309 colaboradores que estavam distribuídos pelas Recuperandas dessa forma:
  - ECOVIX: 138 funcionários, sendo apenas 3 ativos e os demais afastados ou suspensos.
  - ERG 1: 169 colaboradores ativos e dois afastados.
- As Recuperandas informaram que não possuem pendências com rescisões e/ou obrigações trabalhistas, exceto as que estão sendo adimplidas na forma do plano aprovado.
- **Dados Econômico-Financeiros:** O saldo disponível em caixa e nas contas bancárias da Recuperanda era de **R\$ 967.252** em **31 de janeiro de 2020**.
- As entradas da empresa Ecovix são provenientes de serviços de corte de sucata, recursos de leilões e receitas diversas. Os principais desembolsos ocorrem para o pagamento de salários e encargos, insumos para o serviço de corte de sucata e despesas gerais e administrativas. Maiores detalhes encontram-se na análise do Fluxo de Caixa, presente no item 6. Os gráficos abaixo apontam as entradas e saídas de caixa dos últimos três meses.





### GRUPO ECOVIX

#### Endividamento concursal

- O endividamento concursal apresentado pela Recuperanda é de **R\$ 7.588.813.502,12**, sendo que a Classe Trabalhista (Classe I) representa 67,78% do número de credores e a Classe Quirografia (Classe III) significa 98,14% do valor total do passivo sujeito à RJ.
- O maior credor é o HSBC Bank Brasil S.A. com R\$ 70.000.000,00 na Classe II. Abaixo segue o resumo de todos os credores relacionados no processo:

Natureza	Quantidade de credores	% quantidade de credores	Valor total	% Valor total
Trabalhista	991	67,78%	51.787.811,70	0,68%
Garantia Real	1	0,07%	70.000.000,00	0,92%
Quirografário	319	21,82%	7.447.485.059,75	98,14%
Microempresa	151	10,33%	19.540.630,67	0,26%
<b>Total</b>	<b>1462</b>	<b>100%</b>	<b>7.588.813.502,12</b>	<b>100%</b>

#### Cumprimento do Plano de Recuperação Judicial

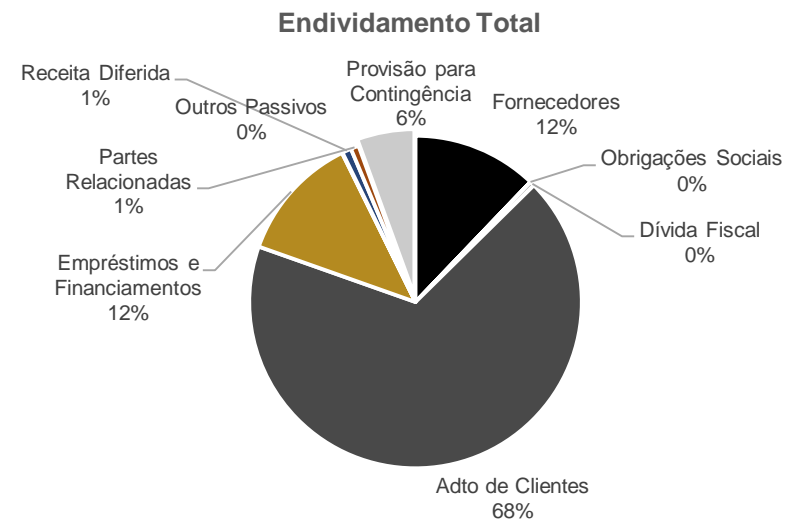
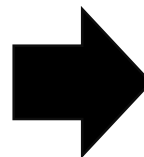
- Diante do ingresso de recursos vinculados aos leilões realizados e ao ressarcimento de impostos, o Grupo Ecovix está mantendo suas obrigações quanto ao cumprimento do plano aprovado. No mês de janeiro/2020, o Grupo realizou o pagamento de créditos trabalhistas residuais que enviaram os dados bancários posteriormente. O item de “Prestação de Contas do Plano de Recuperação Judicial” contempla estes dados atualizados.
- Solicitamos formalmente à empresa que se posicione quanto ao andamento do cumprimento das demais condições estabelecidas no plano, como constituição da UPI e emissão das debêntures, até a apresentação do relatório não havíamos recebido resposta formal.



### GRUPO ECOVIX

#### Passivo

- Abaixo segue a posição do Passivo com terceiros das recuperandas, atualizado até novembro/2019:



#### Receitas do Grupo: Leilões e Receitas de Monetizações

- A empresa realizou leilões no decorrer dos últimos 3 anos, sendo o último ocorrido em agosto/2019, onde houve a arrematação da P-72.
- Em junho houve a arrematação via leilão da P71 pelo valor total de R\$ 7.550.000,00, sendo que o valor de caução de 10% foi depositado judicialmente em 19/07.
- Em outubro/2019 ocorreu a liberação de parte do valor depositado judicialmente referente ao Leilão Drills, no montante aproximado de R\$ 4,3 milhões, assunto melhor esclarecido no item “Prestação de Contas de Leilões” do presente relatório.
- Em janeiro/2020 a recuperanda recebeu a segunda parcela do leilão de materiais da P-72 adquiridos pela Gerdau, no valor de R\$ 271.492,00, cuja prestação de contas esta no item 8 deste relatório.





### GRUPO ECOVIX

#### Acompanhamento processual

- Em 27.08.2019, o leiloeiro apresentou nos autos ata de leilão para homologação do juízo recuperacional, já homologada conforme decisão proferida em novembro de 2019. A hasta ocorreu em 23.08.2019, oportunidade em que alienadas 26.105 toneladas de chapas blocos de aço carbono da P- 72, por R\$ 17.249.139,80, para Gerdau S.A e Gerdau Aços Longos S.A.
- Designado leilão para o dia 25.03.2020 das 15:00h até 16:00h, do remanescente FPSO sem cobertura cambial (chapas, perfis e tubulação), este foi mantido e realizado, visto tratar-se de leilão público na modalidade *on line* através dos sites: [www.nortonleiloes.com.br](http://www.nortonleiloes.com.br) e [www.milanleiloes.com.br](http://www.milanleiloes.com.br). Conforme edital juntado pelo Leiloeiro, foi arrematada a quantia aproximada de 29.500 toneladas de sucatas de chapas, perfis e tubos de aço carbono na razão de R\$ 19.765.000,00 (dezenove milhões e setecentos e sessenta e cinco mil reais) por Kadana International Fze. Assim, formalizado o ato, a Administração Judicial manifestou-se pela homologação do Leilão pelo Juízo, o que veio a ocorrer em 06.04.2020.
- Observa-se que em decorrência do agravamento do cenário de Pandemia do Covid-19, em 27 de março, a Ecovix solicitou a liberação de recursos vinculados ao reembolso de custos com carregamento e consecução da P-72, no valor de R\$ 1.903.297,31 e, R\$ 524.984,00 referente a duas parcelas depositadas em juízo da venda da P-72. A Administração Judicial não se opôs a imediata liberação, em razão da excepcionalidade vivenciada. A medida foi deferida pelo juízo em 30.03.2020 para levantamento do valor total de R\$ 2.446.281,31, (dois milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil, duzentos e oitenta e um reais e trinta e um centavos), mediante posterior prestação de contas e eventual retenção de valores caso não sejam estas julgadas boas.

#### Pendências e Esclarecimentos

O prazo para envio das demonstrações contábeis e demais documentos requeridos ao Grupo Ecovix é o último dia do mês, no entanto, até 17/03/2020 o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício de dezembro/2019 e janeiro/2020 não foram recebidos, ficando pendentes para o próximo relatório.

# 3. DESCRIÇÃO DAS EMPRESAS



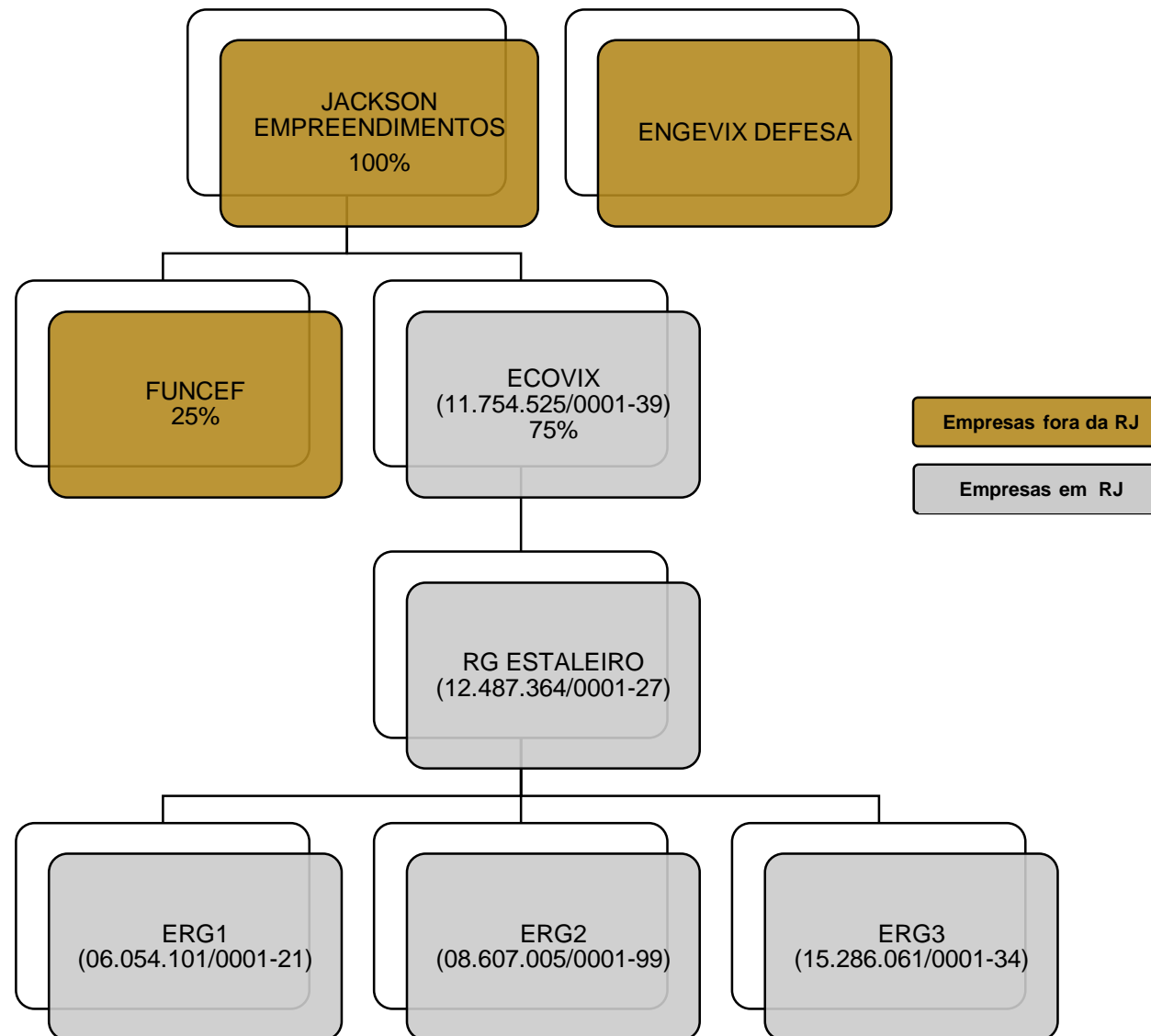
## Histórico das atividades e estrutura societária

O Grupo Ecovix é composto pelas empresas ECOVIX CONTRUÇÕES OCEÂNICAS S.A (ECOVIX), RG ESTALEIROS S.A. (RG Estaleiro), RG ESTALEIRO ERG1 S.A. (ERG1), RG ESTALEIRO ERG2 S.A. (ERG2), RG ESTALEIRO ERG3 INDUSTRIAL S.A. (ERG3), ENGEVIX SISTEMAS DE DEFESA LTDA, todas com principal estabelecimento situado à Avenida Almirante Maximiano Fonseca, 4361, conjunto 1005, km 6 / BR 392, Zona Portuária, na Cidade de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul, CEP 96204-040.

No ano de 2010, a Petrobrás abriu processo licitatório de fabricação de cascos para exploração de pré-sal. A empresa Engevix foi a vencedora da licitação, considerando que a sua construção envolve a fabricação e armazenamento de diversos tipos de materiais de grande volume. A proposta da Engevix tinha como premissa a construção de uma planta industrial e a utilização, mediante apoio estatal, dos imóveis na região de Rio Grande – RS, onde o estaleiro passou a operar e ainda o faz até hoje.

A Engevix obteve autorização junto ao Estado do Rio Grande do Sul para operar na região de Rio Grande e adquiriu da empreiteira WTorre o estaleiro originalmente construído, onde está localizado o ERG1. A proposta consistia na expansão das operações para os imóveis onde estão localizados o ERG2 e ERG3, ampliação do estaleiro original, construção de planta industrial e de centro de logística.

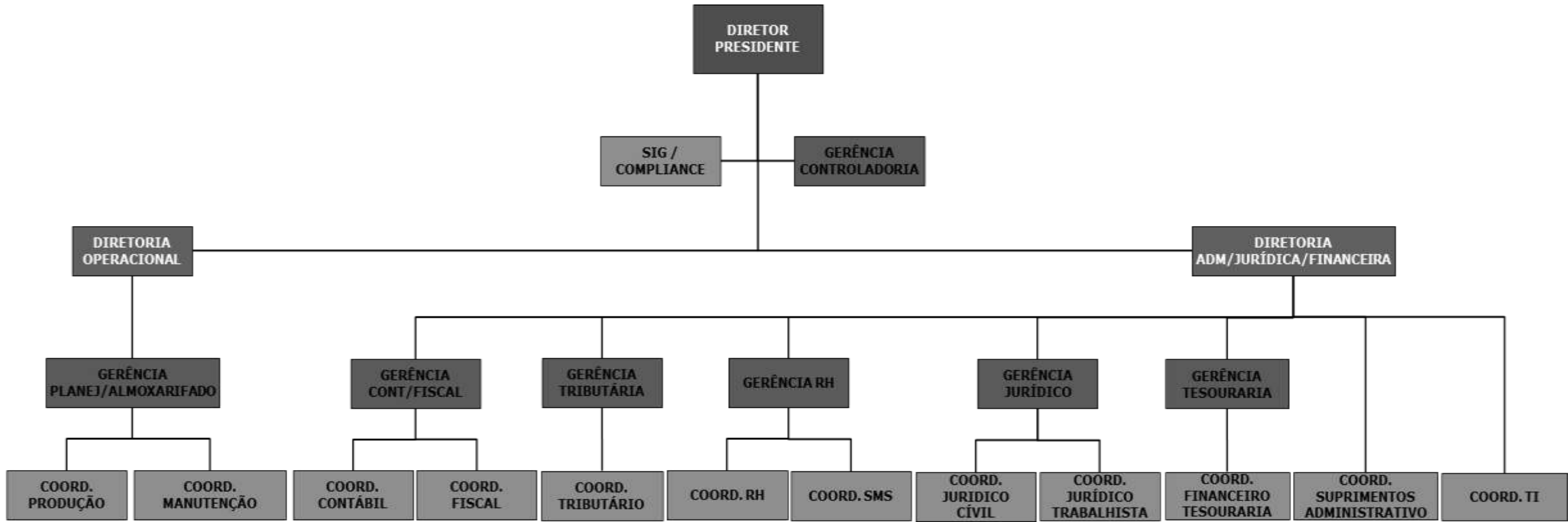
A aquisição das áreas foi feita em parceria com a FUNCEF – Fundação dos Economiários Federais, com a qual o Grupo Ecovix constituiu um Fundo de Investimentos e Participações – FIP Estaleiros – em que a FUNCEF é detentora de 25% das quotas e a Ecovix de 75%. Este investimento, feito através da holding RG Estaleiro S/A, obteve aplicação de R\$ 560 milhões de reais de capital próprio, além de recursos obtidos de financiamentos do Fundo da Marinha Mercante (FMM), sendo que permitiu completar as instalações do estaleiro do Grupo. Posteriormente, foi adquirido o ERG-3 para fins de utilização como área de apoio às atividades executadas pelo Grupo Ecovix, nos ERG's 1 e 2.



# 3. DESCRIÇÃO DAS EMPRESAS



## Organograma



# 3. DESCRIÇÃO DAS EMPRESAS



## Instalações

### ESTALEIRO ERG1

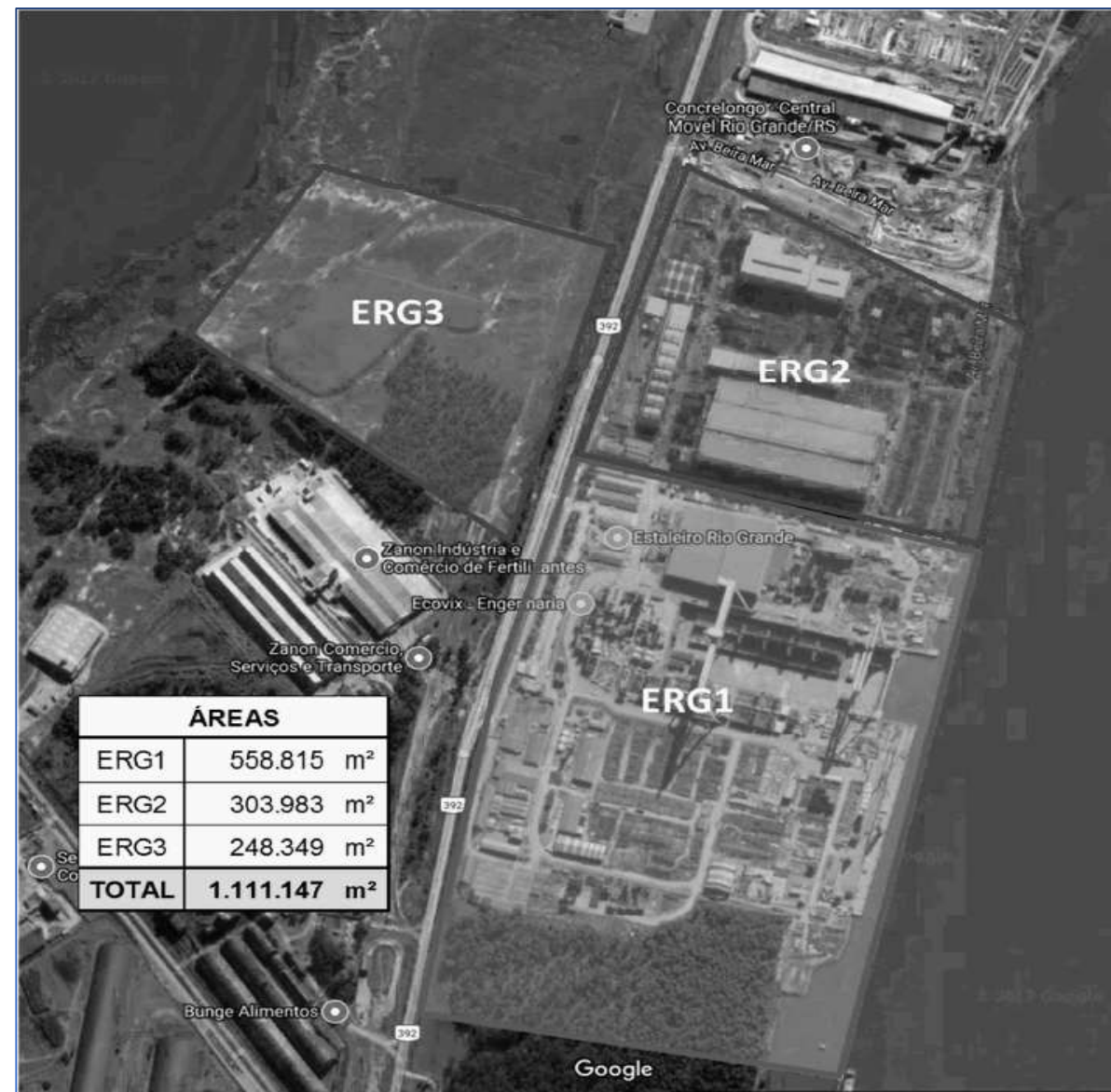
- Data de fundação: 2003
- CNPJ: 06.054.101/0001-21
- Atividades: Gestão e administração da propriedade imobiliária; administração da infraestrutura portuária e atividades do operador portuário.
- Localização: Av. Almirante Maximiano Fonseca, nº 4361, Conj. 1002 km 6 – BR 392 – Rio Grande/RS

### ESTALEIRO ERG2

- Data de fundação: 2003
- CNPJ: 06.054.101/0001-21
- Atividades: Gestão e administração da propriedade imobiliária; administração da infraestrutura portuária e atividades do operador portuário.
- Localização: Av. Almirante Maximiano Fonseca, nº 4361, Conj. 1002 km 6 – BR 392 – Rio Grande/RS

### ESTALEIRO ERG3

- Data de fundação: 2012
- CNPJ: 15.286.061/0001-34
- Atividades: Gestão e administração da propriedade imobiliária; serviços de engenharia; fabricação de obras de caldeiraria pesada; construção de embarcações de grande porte.
- Localização: Av. Almirante Maximiano Fonseca, nº 4361, Conj. 1004 km 6 – BR 392 – Rio Grande/RS





### 3. DESCRIÇÃO DAS EMPRESAS



#### Mapeamento dos Materiais no Estaleiro



### 3. DESCRIÇÃO DAS EMPRESAS



#### Mapeamento dos Materiais no Estaleiro

TIPO DE MATERIAIS E CONTRATO	QT (T)	COR NO MAPA	STATUS
DRILL SHIP – BLOCOS	6.300		Leilão realizado em 22/10/2018
DRILL SHIP - MATÉRIA PRIMA (CHAPAS, PERFIS, TUBULAÇÕES E EQUIPAMENTOS)	20.000		Leilão realizado em 22/10/2018
FPSO - P71 - BLOCOS	38.000		Leilão realizado em 27/06/2019
FPSO - P72 - BLOCOS	7.796		Leilão realizado em 23/08/2019
FPSO - P72 - BLOCOS CORTADOS	18.309		Leilão realizado em 23/08/2019
FPSO com cobertura cambial - (chapas, perfis e tubulação)	37.172		Pedido de devolução ao fornecedor em análise pelo juízo
FPSO sem cobertura cambial - (chapas, perfis e tubulação)	29.500		Leilão realizado em 25/03/2020

Fonte: Grupo Ecovix - Informações atualizadas em julho/2019





## LEILÃO DRILLSHIP

As empresas em recuperação judicial estão buscando o ingresso de recursos através de leilões. Solicitaram judicialmente autorização para alienação de sucata do Drillschips e, em 22.10.2018, ocorreu o referido leilão tendo como valor total de arrematação R\$ 17.424.000,00.

Houve discussão quanto à propriedade destes ativos junto a SETE BRASIL, e por este motivo o valor foi depositado judicialmente. Em paralelo, as empresas firmaram um compromisso sobre a destinação do valor, que foi protocolado nos autos, buscando a solução de forma extrajudicial, nos termos do acordo:

1. Valor destinado ao pagamento de impostos a ser liberado via alvará para a empresa Ecovix: R\$ 6.805.941,71 (destinação já comprovada para esta administração judicial que recebeu os comprovantes em 01/12/2018)
2. Do valor restante R\$ 10.618.058,29: (i) 40% será destinado a Sete Brasil e (ii) 60% para a Ecovix. Esta distribuição depende de aprovação dos credores na assembleia geral de credores da Sete Brasil, até o desprendimento do fato, o valor integral permanecerá depositado judicialmente.

A Sete Brasil e a Ecovix celebraram Acordo Global em 03.06.2019, levado aos autos, para resolver às questões pendentes sobre a resolução do contratos dos três Navios Sonda Cassino, Curimim e Salinas. O acordo prevê a resolução das dívidas entre as partes nos valores abaixo, considerando um crédito USD 65,1 mil em favor da Sete Brasil na recuperação judicial, e o levantamento do valor depositado judicialmente para cada parte.

Houve a liberação de R\$ 4,3 milhões para a companhia, cuja prestação de contas parcial está no item 7 deste relatório, e permaneceram bloqueados a pedido do Ministério Público o valor de R\$ 2 milhões, que foram liberados apenas em março de 2020 em favor da recuperanda.

Navio Sonda (Drill ship)	Valor do contrato	Avanço Físico		Avanço Financeiro		Diferença	
		%	USD	%	USD	%	USD
Cassino	788,4	52,42%	413,3	53,10%	418,6	0,7%	5,4
Curumim	788,4	13,92%	109,7	29,80%	234,9	15,9%	125,2
Salinas	788,4	8,30%	65,4	22,60%	178,2	14,3%	112,7
<b>Totais</b>	<b>2.365,2</b>	<b>24,9%</b>	<b>588,5</b>	<b>35,2%</b>	<b>831,8</b>	<b>10,3%</b>	<b>243,2</b>
Diferença do avanço físico e financeiro						243,2	
Valor de fornecedores devidos no projeto						164,4	
Armazenagem dos equipamentos						13,8	
Crédito a ser habilitado na RJ (USD)						65,1	



## Desmobilização do estaleiro

A P-71 foi arrematada em leilão no mês de junho/2019, sendo que apenas parte do valor de arrematação será destinado à Ecovix para utilização no pagamento aos credores. A outra parte, será destinada à Petrobrás, respeitando os termos do TSA, considerando que a propriedade dessa plataforma não é do Grupo Ecovix. A prestação de contas está detalhada no item 7 deste relatório.

A P-72 também foi arrematada em leilão em 23.08.2019 pela empresa Gerdau, cujo valor total das 26.105 toneladas alcança R\$ 17.249.139,80. A caução de entrada de R\$ 3.449.827,96 foi depositada. A prestação de contas será realizada após ingresso do recurso na companhia.

## Operação *Top Off* e Reparos

Visando a reestruturação operacional, através da introdução de atividade portuária no estaleiro e de manutenção de embarcações, a equipe de manutenção da Companhia está procedendo com a limpeza e organização dos materiais no estaleiro, bem como organizando os materiais residuais que são levados a leilão mensalmente.

Em dezembro/2018, foi aprovada a alteração das Leis nº. 12.118/2004 e 13.097/2008 que permitem a exploração de atividade portuária na área do estaleiro. A companhia já realizou 3 operações de carregamentos de madeira em embarcações, sendo que o carregamento principal foi realizado no porto de Rio Grande, operado pela Sagres.

Em março/2020, o Grupo Ecovix realizou o carregamento de 20 mil cabeças de gado com destino à Jordânia, o que constituiu o 8º *Top Off* da Ecovix. Os dados desta operação serão apurados pela recuperanda e expostos no próximo relatório de atividades.

## Operações realizadas

### - 1º Top off:

Nome da embarcação: HUANGHAI GLORY  
Data do carregamento: 26 e 27JUL19  
Peso carregado no ERG: 3.028,29t  
Valor do BM: R\$23.469,25 (BM EMITIDO E PAGO)

### - 2º Top off:

Nome da embarcação: CHIPOL TAIHU  
Data do carregamento: 22 e 23AGO19  
Peso carregado no ERG: 5.818,86t  
Valor do BM: R\$40.096,17 (BM EMITIDO E PAGO)

### - 3º Top Off:

Nome da embarcação: LOVELY KLARA  
Data do carregamento: 13 e 14SET19  
Peso carregado no ERG: 2.776,38t  
Valor do BM: R\$21.516,95 (BM EMITIDO EM 23SET19)

### - 4º Top Off:

Nome da embarcação: MOUNT ADAMS  
Data do carregamento: 18 E 19OUT19  
Peso carregado no ERG: 3.324,67t  
Valor do BM: R\$25.766,19

### - 5º Top Off:

Nome da embarcação: TAIKOO BRILLIANCE  
Data do carregamento: 29 E 31OUT19  
Peso carregado no ERG: 8.138,52t  
Valor do BM: R\$63.073,53

### - 6º Top Off:

Nome da embarcação: EVER BRILLIANT  
Data do carregamento: 18 E 19DEZ19  
Peso carregado no ERG: 3.419,15t  
Valor do BM: R\$26.498,41

### - 7º Top Off:

Nome da embarcação: YU PENG  
Data do carregamento: 01 E 04FEV20  
Peso carregado no ERG: 4.377,36t  
Valor do BM: R\$33.924,54

## 4. INFORMAÇÕES OPERACIONAIS



### Imagens das operações realizadas no estaleiro





# 4. INFORMAÇÕES OPERACIONAIS



## Imagens das operações realizadas no estaleiro



Manutenção Porta Batel



Manutenção Acessos Estaleiro



Manutenção Geradores de Emergência



Manutenção Guindaste Sany 750 ton



Manutenção Dique Seco



Manutenção PTA



## 4. INFORMAÇÕES OPERACIONAIS



Imagens capturadas em 16/01/2020:





# 4. INFORMAÇÕES OPERACIONAIS



## Imagens aéreas





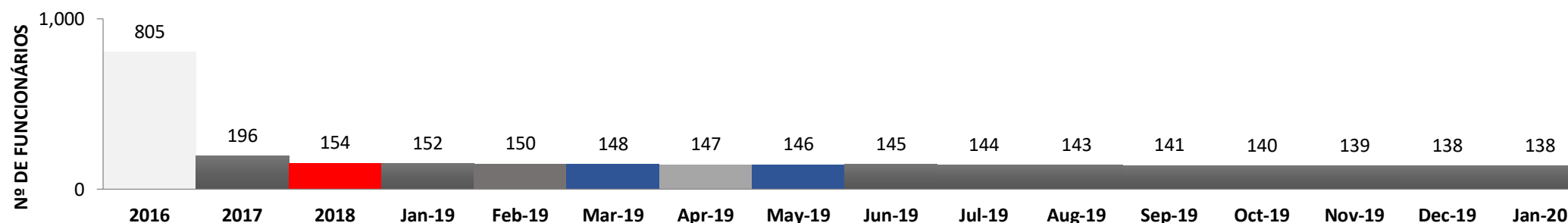
# 4. INFORMAÇÕES OPERACIONAIS



## Funcionários

- ❖ A companhia finalizou o mês de janeiro/2020 com 307 funcionários, sendo 3 colaboradores ativos e 70 afastados e 65 suspensos na Ecovix, e 169 colaboradores ativos e 2 afastados no ERG 1. Salienta-se que, embora o número de colaboradores registrados como celetistas seja pequeno, a empresa Ecovix recontratou muitos colaboradores através de contrato de prestação de serviços. Esses prestadores de serviços emitem notas fiscais e são contabilizados como custos de folha no grupo.
- ❖ Destaca-se que a Ecovix possui 135 funcionários afastados por motivos de saúde e, a medida em que recebem liberação do INSS para voltar às atividades, devido a impossibilidade de realocação, a empresa realiza a rescisão do colaborador e paga as devidas verbas rescisórias.

### EVOLUÇÃO DOS ÚLTIMOS PERÍODOS EM RELAÇÃO A EMPRESA ECOVIX

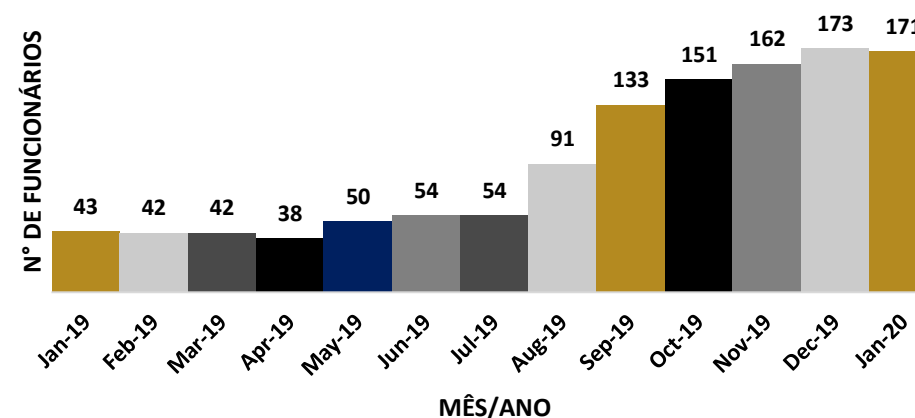


### GASTOS COM FOLHA DE PAGAMENTO NOS MESES DE DEZEMBRO E JANEIRO

	DEZ/19	JAN/20
<b>CC07</b>	<b>SALÁRIOS, ENCARGOS E BENEFÍCIOS</b>	<b>(2.014.599)</b>
CC07.1	FOLHA PAGTO CLT (SAL/13º/FÉRIAS)	(836.495)
CC07.2	FOLHA PAGTO PJ	(610.378)
CC07.3	ENCARGOS	(281.020)
CC07.3.1	FGTS	(39.561)
CC07.3.2	INSS/SESI/SENAI	(241.459)
CC07.4	BENEFÍCIOS	(281.110)
CC07.4.1	PLANO SAÚDE	(158.820)
CC07.4.2	REFEITÓRIO	(30.144)
CC07.4.3	SEGURO VIDA	(4.023)
CC07.4.4	TRANSPORTE	(28.820)
CC07.4.5	VR / VA / VT	(59.843)
CC07.5	DESPESAS DIVERSAS	(2.931)
CC07.6	RESCISÕES	(2.666)

Fonte: Companhia

### FUNCIONÁRIOS ERG 1



# 5. ENDIVIDAMENTO

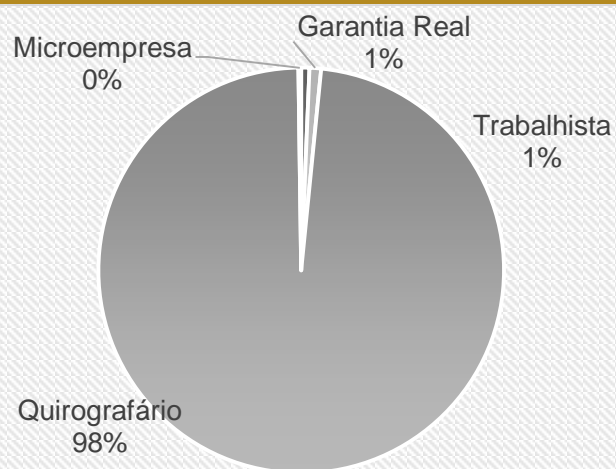


## Relação de Credores Sujeitos à Recuperação Judicial

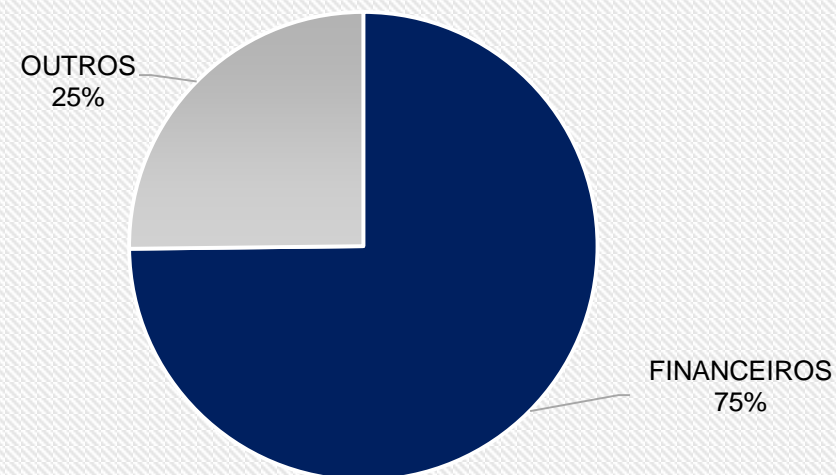
A relação de credores, atualmente, se encontra em fase de modificações, embasada nas sentenças das impugnações judiciais apresentadas. Existem discussões quanto aos créditos do SSF e FUNCEF que podem refletir substancialmente nas alterações dos créditos sujeitos à recuperação judicial.

Natureza	Quantidade de credores	% quantidade de credores	Valor total (em R\$ mil)	% Valor total	Valor médio (em R\$ mil)
Trabalhista	991	67,78%	51.787.811,70	0,68%	52.258,13
Garantia Real	1	0,07%	70.000.000,00	0,92%	70.000.000,00
Quirografário	319	21,82%	7.447.485.059,75	98,14%	23.346.348,15
Microempresa	151	10,33%	19.540.630,67	0,26%	129.408,15
<b>Total</b>	<b>1.462</b>	<b>100%</b>	<b>7.588.813.502,12</b>	<b>100%</b>	<b>5.190.706,91</b>

DISTRIBUIÇÃO DOS CREDORES POR NATUREZA



DÍVIDA BANCÁRIA X DEMAIS CREDORES



# 5. ENDIVIDAMENTO



## Dívida Fiscal

Embora com resultado pouco expressivo, a Companhia permanece recolhendo os impostos gerados de sua atividade, visando meios de prorrogar os benefícios dados pelo IN 503/2005, para utilização dos materiais que ainda pendem de destinação no estaleiro.

### PASSIVO TRIBUTÁRIO JANEIRO 2020

EMPRESA	ECOVIX	RGE	ERG1	ERG2	ERG3	DEFESA	SALDO
<b>Total</b>	<b>4.592.813,82</b>	<b>2.741.585,43</b>	<b>1.301.058,92</b>	<b>38.926.136,72</b>	<b>68.790,57</b>	<b>426.566,75</b>	<b>48.056.952,21</b>
<b>IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER</b>	<b>3.897.337,73</b>	<b>2.741.585,43</b>	<b>432.234,43</b>	<b>22.562.163,84</b>	<b>36.117,59</b>	<b>362.342,24</b>	<b>30.031.781,26</b>
ISS S FATURAMENTO A RECOLHER	(4.669,00)	-	186.181,42	-	-	-	181.512,42
ISS RETIDO DE TERCEIROS A RECOLHER	620.649,43	-	83.051,20	66.656,86	0,80	-	770.358,29
ICMS A RECOLHER	878.990,31	-	(9.072,25)	223.529,08	-	-	1.093.447,14
PIS S FATURAMENTO A RECOLHER	3.960,01	76.307,87	2.049,67	2.350.287,28	5.852,66	38.747,58	2.477.205,07
COFINS S FATURAMENTO A RECOLHER	18.240,01	333.643,14	135.249,17	11.291.294,37	30.264,13	238.498,17	12.047.188,99
IPI A RECOLHER	0,07	-	-	-	-	-	0,07
IRPJ A RECOLHER	-	1.708.382,68	(535.135,40)	-	-	-	1.173.247,28
CSLL A RECOLHER	-	549.332,08	(192.648,75)	-	-	-	356.683,33
IRRF DE TERCEIROS A RECOLHER	1.298,78	-	79,75	473.714,26	-	-	475.092,79
INSS RETIDO DE TERCEIROS A RECOLHER	402.624,38	-	-	-	-	-	402.624,38
CSRF (Pis/Cofins/CSLL) de Terceiros a Recolher	305.843,65	-	-	7.977.864,74	-	28.288,99	8.311.997,38
INSS a Recolher	341.171,70	-	152.233,75	-	-	56.807,50	550.212,95
FGTS A RECOLHER	19.117,24	-	33.346,66	-	-	-	52.463,90
IRRF S SALARIOS A RECOLHER	1.407.485,05	-	15.596,75	-	-	-	1.423.081,80
OUTROS IMPOSTOS E TAXAS A RECOLHER	1.088,52	-	561.302,46	178.817,25	-	-	741.208,23
INSS RETIDO EMPREGADOS A RECOLHER	-	73.919,66	-	-	-	-	73.919,66
Impostos a Recolher	(98.527,09)	-	-	-	-	-	(98.527,09)
<b>PARCELAMENTOS A PAGAR</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>868.824,49</b>	<b>16.363.972,88</b>	<b>32.672,98</b>	<b>64.224,51</b>	<b>17.329.694,86</b>
PERT	-	-	868.824,49	16.363.972,88	-	64.224,51	17.297.021,88
PARC - PGFN	-	-	-	-	32.672,98	-	32.672,98
<b>PROVISÕES DIVERSAS</b>	<b>695.476,09</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>695.476,09</b>
CONTINGÊNCIAS TRIBUTÁRIAS	695.476,09	-	-	-	-	-	695.476,09

**NOTA 1:** A companhia foi questionada quanto à composição do passivo com PERT, tendo em vista que a empresa apresentou memoriais de consolidação da dívida que apresentam outros saldos, inclusive, menores do que o demonstrado no quadro. A empresa informou que aguarda finalização do relatório da Fortus com parecer contábil para fazer os ajustes, contudo considerando tratar-se de assunto incontroverso, não haveria motivos para aguardar.

**NOTA 2:** Tendo em vista que possui o valor aproximado de R\$ 23 milhões a receber de restituição de PIS e COFINS, a recuperanda manifestou interesse em consolidar os valores da dívida do Programa de Regularização Tributária (PRT), que somam R\$ 22.088.175,62, com o intuito de evitar a compensação por ofício do saldo devedor. Contudo, o prazo para adesão ao PRT se encerrou em 2017\* e, portanto, esta Administração Judicial solicitou o embasamento legal utilizado pela empresa para fazer o recolhimento de impostos de um parcelamento que, em tese, não tem mais validade, eis que não houve a consolidação. Até a apresentação deste relatório não tivemos a formalização da resposta.

\*O prazo para adesão ao PRT se encerrou no dia 1º de junho de 2017, em razão da perda de eficácia da Medida Provisória 766/2017, conforme Portaria PGFN nº 592, de 2 de junho de 2017, publicada no DOU de 05 de junho de 2017. Fonte: <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>

# 5. ENDIVIDAMENTO



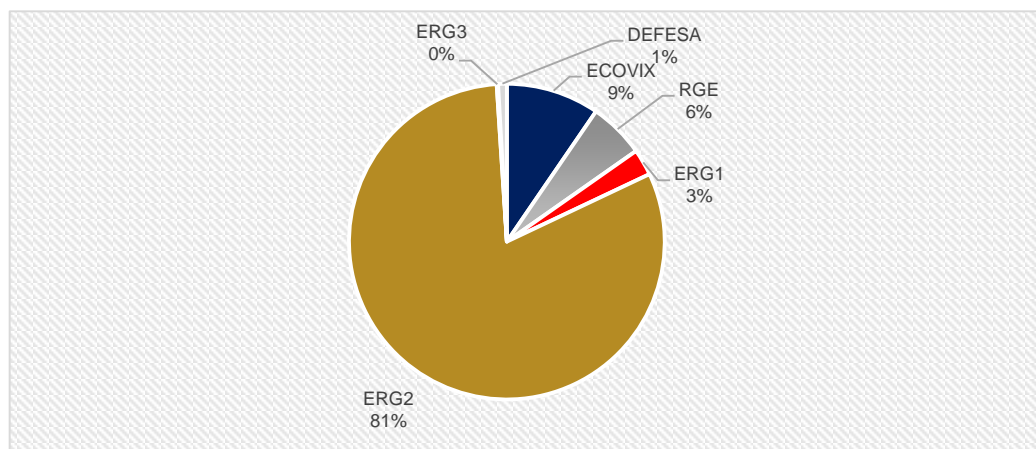
## Relação de Credores Não Sujeitos à Recuperação Judicial

As dívidas tributárias reconhecidas nos controles internos das empresas, de janeiro de 2020, estão representadas a seguir (sem considerar as contingências de processos):

### Situação de certidões negativas

Empresa / Filial	UF	CNPJ / CEI	FEDERAL Validade	ESTADUAL	MUNICIPAL
				Validade	Validade
Ecovix Barueri - Matriz	SP	11.754.525/0001-39	Positiva (Processo ADM)	26/07/2020	Inscrição Baixada
Ecovix RJ	RJ	11.754.525/0002-10		Aguardando procuração	26/07/2020
Ecovix RG	RS	11.754.525/0003-09		28/03/2020	Relatório de pendências e pgto
Ecovix RG - Filial 6	RS	11.754.525/0006-43		Inscrição baixada	
Ecovix RJ	RJ	11.754.525/0004-81			
Ecovix POA	RS	11.754.525/0005-62			
Engevix Defesa SP	SP	17.633.309/0001-11	Positiva (PENDÊNCIA DE PGTO)	Pendência SEFAZ	Positiva de débitos
Engevix Defesa RJ	RJ	17.633.309/0002-00		Aguardando procuração	26/07/2020
RG Estaleiro ERG1	RS	06.054.101/0001-21	Positiva (PENDÊNCIA DE PGTO)	Inscrição Baixada de Ofício	Inscrição Cancelada
RG Estaleiro ERG 1	RS	06.054.101/0002-02		28/03/2020	02/03/2020
RG Estaleiro ERG2	SP	08.607.005/0001-99	Positiva (PENDÊNCIA DE PGTO)		Inscrição Baixada
RG Estaleiro ERG 2	RS	08.607.005/0003-50			Relatório de pendências e pgto
RG Estaleiro ERG3	SP	15.286.061/0001-34	Positiva (PENDÊNCIA DE PGTO)	Inscrição Baixada	
RG Estaleiro ERG 3	RS	15.286.061/0002-15		Inscrição Baixada de Ofício	Sem alvará
RG Estaleiros S/A	SP	12.487.364/0001-27	Positiva (PENDÊNCIA DE PGTO)		Inscrição Baixada

### Composição passivo tributário % por empresa



Fonte: Companhia

### Passivo tributário Contingente

A empresa possui 31 processos administrativos que somam R\$ 881 milhões.

Valores em Discussão na RFB		
EMPRESA	TOTAL	PROVISÃO
ECOVIX	831.448.719,06	156.538.835,97
RG Estaleiros	29.511.681,59	21.837.700,35
ERG 1	38.842.581,83	
ERG 2	15.400.533,62	
ERG 3	1.611.832,42	
<b>TOTAL</b>	<b>916.815.348,52</b>	<b>178.376.536,32</b>



### Comunicado sobre Demonstrações Financeiras

Em relatórios anteriores a Administração Judicial narrou que a empresa vem realizando alterações nas duas demonstrações contábeis dos últimos cinco anos, incluindo 2013. De acordo com o cronograma passado, o referido trabalho deveria ter sido concluído ainda em outubro de 2018.

Contudo, até o momento, a empresa informa que não foram concluídos os diagnósticos, cujas consultorias foram contratadas para esse fim específico, tampouco as alterações dos saldos contábeis e adequações de maneira que a contabilidade reflita efetivamente as operações econômicas e financeiras realizadas pela empresa.

Dessa forma, em que pese a juntada das demonstrações financeiras de forma regular pelas recuperandas, não há como se basear nestas para fins de análise verídica das movimentações e saldos, considerando referências dadas pelas própria empresa no decorrer dos últimos meses.

Sendo assim, para que a fiscalização da Administração Judicial seja mais eficiente e de acordo com os requisitos legais, optou-se pela verificação das entradas e saídas de recursos da Companhia, prática que se mostra mais eficiente, considerando que a empresa não está em atividade e atualmente suas receitas são vinculadas a leilões e outras não operacionais.

Em 08 de outubro de 2019, a Administração Judicial esteve reunida com representante do Ministério Público, equipe responsável pela contabilidade e empresa contratada para o diagnóstico e correção das informações contábeis do Grupo em recuperação judicial. Foram apresentadas as tratativas correspondentes à dívida tributária, constatações e ajustes a serem realizados nas demonstrações contábeis. De acordo com a recuperanda, estas alterações deverão constar nas demonstrações de dezembro/2019.

# 6. DADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS



## Fluxo de Caixa Consolidado

FLUXO CAIXA - ECOVIX		dez/19	jan/20	fev/20
C.C	DISPÊNDIO	REALIZADO	REALIZADO	PREVISTO
<b>TOTAL ENTRADAS</b>		<b>3.113.100</b>	<b>1.555.078</b>	<b>2.731.166</b>
1	RECEITAS MONETIZAÇÕES	-	-	-
2	VENDA SUCATA/MATERIAIS/EQUIP	271.492	538.992	426.492
3	RECEITA SERVIÇOS CORTE	644.160	966.720	2.134.767
4	RECEITAS DIVERSAS	79.105	20.814	169.908
5	RESSARCIMENTOS TSA	-	-	-
6	RENDIMENTO APLICAÇÃO	2.775	8.734	-
7	DEVOLUÇÃO PAGTOS	2.115.568	19.818	-
<b>TOTAL PAGAMENTOS</b>		<b>-3.384.612</b>	<b>-2.051.950</b>	<b>-2.313.799</b>
CC01	MANUTENÇÃO, PRESERVAÇÃO, REPAROS	-112.625	-90.091	-483.482
CC02	ADMINISTRAÇÃO E DESPESAS GERAIS	-346.966	-303.448	-217.357
CC03	ADMINISTRADOR JUDICIAL (AJ)	-	-	-98.000
CC04.1	APOIO A GESTÃO DO ESTALEIRO	-40.339	-21.355	-5.526
CC04.2	CONSULTORIA JURIDICA	-171.886	-107.224	-329.469
CC04.3	PROCESSOS JUDICIAIS E OUTRAS DESPESAS	-11.692	-26.731	-21.395
CC05	IMPOSTOS, LICENÇAS, EXIGÊNCIAS LEGAIS	-162.158	-157.051	-127.776
CC06	DESPESAS RELACIONADAS A NOVOS NEGÓCIOS	-47.903	-	-100.000
CC07	SALÁRIOS, ENCARGOS E BENEFÍCIOS	-2.014.599	-949.991	-866.992
CC08	MOVIMENTAÇÃO DE CARGA	-	-	-43.625
CC19	INSUMOS SERVICOS CORTE	-471.540	-396.061	-
CC20	DESPESAS DIVERSAS	-4.904	-	-20.178
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>		<b>-271.512</b>	<b>-496.872</b>	<b>417.367</b>
<b>OBRIGAÇÃO PLANO RECUPERAÇÃO JUDICIAL</b>		<b>-</b>	<b>-8.130</b>	<b>-290.000</b>
CLAS I	CRÉDITO TRABALHISTA	-	-8.130	-105.000
CLAS II	CRÉDITO GARANTIA REAL	-	-	-
CLAS III	CRÉDITO QUIROGRAFÁRIO	-	-	-150.000
CLAS IV	CRÉDITO ME's/EPP's	-	-	-35.000
EXTRA	CRÉDITO EXTRACONCURSAL	-	-	-
<b>DESPESAS FINANCEIRAS</b>		<b>-2.096</b>	<b>-3257</b>	<b>-</b>
1	TARIFAS BANCÁRIAS	-1.175	-2747	-
2	IRRF S/APLICAÇÃO FINANCEIRA	-576	-81	-
3	IOF S/APLICAÇÃO FINANCEIRA	-345	-430	-
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>		<b>-2.096</b>	<b>-11.387</b>	<b>-290.000</b>
<b>VARIAÇÃO NO SALDO DE CAIXA</b>		<b>-273.608</b>	<b>-508.259</b>	<b>127.367</b>
SALDO CAIXA INICIAL		1.749.119	1.475.511	967.252
SALDO CAIXA DO DIA		-273.608	-508.259	127.367
<b>SALDO CAIXA FINAL (BANCO)</b>		<b>1.475.511</b>	<b>967.252</b>	<b>1.094.619</b>

### ENTRADAS (INGRESSO DE RECURSOS FINANCEIROS NA COMPANHIA)

Em janeiro, o principal valor recebido foi proveniente dos serviços de corte da Drillshipp que somou cerca de R\$ 966 mil. Ainda, houve a entrada de R\$ 271.492 referente ao leilão da P72 e R\$ 267,5 mil proveniente de receitas de venda de restos de materiais encontrados na limpeza do estaleiro, dentre eles, dispositivos de montagem (utilizados para sustentação de estruturas e picadeiros), malas de aço (transporte e armazenamento de ferramental) e suportes provisórios (suspensão de cabos elétricos e mangueiras).

### SAÍDAS (DESPESAS)

Os desembolsos no mês de janeiro reduziram cerca de 39% em comparação ao mês anterior e consumiram 68% do total disponível em caixa. As principais variações seguem descritas:

Manutenção, Preservação, Reparos: o reforço nas vigas do dique seco ERG1 e os serviços de manutenção de guindastes compuseram o maior desembolso manutenções e reparos no período, que totalizou R\$ 90.091, valor 20% menor em comparação ao mês anterior.

Administração e Despesas Gerais: os principais dispêndios referem-se a serviços de T.I. (R\$ 79,7 mil), despesas de viagem (R\$ 52,4 mil) e vigilância patrimonial (R\$ 48 mil). O valor dispendido com despesas administrativas reduziu no período especialmente pelo menor volume de pagamentos de serviços aduaneiros. Destaca-se que as despesas de viagem incluem deslocamentos para reuniões e audiência de processos trabalhistas, especialmente, e o serviço de alpinismo para manutenção do dique seco no valor de R\$ 19.819,50. Questionada acerca da origem desta despesa, a recuperanda reconheceu que a classificação está equivocada, visto que trata-se de um serviço de manutenção e não de despesas de viagem, e que irá realocar para "Manutenção, Preservação, Reparos" no próximo mês.

Consultoria Jurídica: no mês de janeiro, ocorreu a destinação de recursos no valor total de R\$ 107.224 para os escritórios que assessoram a Companhia, sendo o principal pagamento destinado à Mandaliti Advogados pelos honorários advocatícios (R\$ 82.588,00).

Processos Judiciais e Outras Despesas: Apresentou aumento de aproximadamente R\$ 15 mil, especialmente pelo pagamento de empresas de comunicação devido a anúncios, publicidade e assessoria de imprensa.

Impostos, Licenças e Exigências Legais: houve o desembolso de mais R\$ 157 mil em janeiro, sendo R\$ 139 mil de pagamento de impostos e R\$ 17,9 mil de taxas, especialmente ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, pela anuidade do CREA de profissionais e taxas de controle e fiscalização ambiental.



# 6. DADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS



## Fluxo de Caixa Consolidado

FLUXO CAIXA - ECOVIX		dez/19	jan/20	fev/20
C.C	DISPÊNDIO	REALIZADO	REALIZADO	PREVISTO
<b>TOTAL ENTRADAS</b>		<b>3.113.100</b>	<b>1.555.078</b>	<b>2.731.166</b>
1	RECEITAS MONETIZAÇÕES	-	-	-
2	VENDA SUCATA/MATERIAIS/EQUIP	271.492	538.992	426.492
3	RECEITA SERVIÇOS CORTE	644.160	966.720	2.134.767
4	RECEITAS DIVERSAS	79.105	20.814	169.908
5	RESSARCIMENTOS TSA	-	-	-
6	RENDIMENTO APLICAÇÃO	2.775	8.734	-
7	DEVOLUÇÃO PAGTOS	2.115.568	19.818	-
<b>TOTAL PAGAMENTOS</b>		<b>-3.384.612</b>	<b>-2.051.950</b>	<b>-2.313.799</b>
CC01	MANUTENÇÃO, PRESERVAÇÃO, REPAROS	-112.625	-90.091	-483.482
CC02	ADMINISTRAÇÃO E DESPESAS GERAIS	-346.966	-303.448	-217.357
CC03	ADMINISTRADOR JUDICIAL (AJ)	-	-	-98.000
CC04.1	APOIO A GESTÃO DO ESTALEIRO	-40.339	-21.355	-5.526
CC04.2	CONSULTORIA JURIDICA	-171.886	-107.224	-329.469
CC04.3	PROCESSOS JUDICIAIS E OUTRAS DESPESAS	-11.692	-26.731	-21.395
CC05	IMPOSTOS, LICENÇAS, EXIGÊNCIAS LEGAIS	-162.158	-157.051	-127.776
CC06	DESPESAS RELACIONADAS A NOVOS NEGÓCIOS	-47.903	-	-100.000
CC07	SALÁRIOS, ENCARGOS E BENEFÍCIOS	-2.014.599	-949.991	-866.992
CC08	MOVIMENTAÇÃO DE CARGA	-	-	-43.625
CC19	INSUMOS SERVICOS CORTE	-471.540	-396.061	-
CC20	DESPESAS DIVERSAS	-4.904	-	-20.178
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>		<b>-271.512</b>	<b>-496.872</b>	<b>417.367</b>
<b>OBRIGAÇÃO PLANO RECUPERAÇÃO JUDICIAL</b>		<b>-</b>	<b>-8.130</b>	<b>-290.000</b>
CLAS I	CRÉDITO TRABALHISTA	-	-8.130	-105.000
CLAS II	CRÉDITO GARANTIA REAL	-	-	-
CLAS III	CRÉDITO QUIROGRAFÁRIO	-	-	-150.000
CLAS IV	CRÉDITO ME's/EPP's	-	-	-35.000
EXTRA	CRÉDITO EXTRACONCURSAL	-	-	-
<b>DESPESAS FINANCEIRAS</b>		<b>-2.096</b>	<b>-3257</b>	<b>-</b>
1	TARIFAS BANCÁRIAS	-1.175	-2747	-
2	IRRF S/APLICAÇÃO FINANCEIRA	-576	-81	-
3	IOF S/ APLICAÇÃO FINANCEIRA	-345	-430	-
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>		<b>-2.096</b>	<b>-11.387</b>	<b>-290.000</b>
<b>VARIAÇÃO NO SALDO DE CAIXA</b>		<b>-273.608</b>	<b>-508.259</b>	<b>127.367</b>
SALDO CAIXA INICIAL		1.749.119	1.475.511	967.252
SALDO CAIXA DO DIA		-273.608	-508.259	127.367
<b>SALDO CAIXA FINAL (BANCO)</b>		<b>1.475.511</b>	<b>967.252</b>	<b>1.094.619</b>

### SAÍDAS (DESPESAS)

**Salários, Encargos e Benefícios:** o principal dispêndio das Recuperandas é o custo com pessoal que no mês de janeiro consumiu quase R\$ 950 mil. Embora seja um valor expressivo, apresentou redução de mais de 50%, diferença justificada pelo pagamento de decimo terceiro ocorrido em dezembro.

**Insumos Serviços de Corte:** considerando que houve a arrematação via leilão da P-71 e que a responsabilidade pelo corte foi assumida pela Ecovix, a empresa está adquirindo insumos para tal serviço. Nesses termos, seguem discriminados abaixo os principais dispêndios:

Fornecedor	Pagamento	Descrição
EMBRASMAQUI MÁQ. E EMP.	R\$ 200.000,00	Locação de equipamento
IBG CRYO IND. GASES	R\$ 108.888,00	Adto p/ compra de oxigênio líquido
MILLS ESTRUTURAS E SERV. ENG. S/A	R\$ 76.128,34	Locação de plataforma elevatória

Destaca-se que no mês de janeiro a companhia direcionou R\$ 8.130,00 para o pagamento de créditos trabalhistas inclusos na Recuperação Judicial. Estes e os pagamentos das demais classes estão expostos no item de prestação de contas.

# 6. DADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS



## Movimentações Financeiras entre o Grupo Ecovix e Nova Engevix

Nº	TIPO DE CONTRATO	VALOR	fev/19		mar/19		abr/19		mai/19		jun/19		jul/19		ago/19		set/19		out/19		nov/19		dez/19		SALDO
			SAÍDA	ENTRADA	SAÍDA	ENTRADA	SAÍDA	ENTRADA	SAÍDA	ENTRADA	SAÍDA	ENTRADA	SAÍDA	ENTRADA	SAÍDA	ENTRADA	SAÍDA	ENTRADA	SAÍDA	ENTRADA	SAÍDA	ENTRADA	SAÍDA	ENTRADA	
1	COMPARTILHAMENTO GESTÃO MÚTUO DEFESA X NOVA ENGEVIX	2.211.213																							211.213
2	ENGEVIX MÚTUO DEFESA X NOVA ENGEVIX												1.200.000	1.200.000	2.500.000	2.500.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	210.000	210.000		2.000.000	2.000.000
3	ENGEVIX MÚTUO DEFESA X NOVA ENGEVIX																								-
4	ENGEVIX			- 250.000					2.450.000																-
5	MÚTUO BRAVA X ECOVIX TERMO DE ENTENDIMENTO	3.120.000			3.120.000	3.120.000																			-
6	FISCAL	7.243.466					2.490.000		3.928.770																824.696
SALDO DE CAIXA			1.416.224	2.358.092	26.181.686	22.654.451	20.537.828	14.183.698	5.240.593	2.765.385	3.624.413	1.749.119	1.475.511	3.035.909											

Fonte: Demonstrações Contábeis apresentadas pela Companhia

**1. Contrato de compartilhamento de gestão:** A empresa firmou acordo, datado de 22.11.2018, após pagamento realizado, denominado “Termo de Ajuste de Contas, Compartilhamento de custos e outros avenças” no valor de R\$ 2.258.210,06 - cujo objeto seria o reconhecimento de despesas e custos incorridos pela Nova Engevix entre 06.2017 e 11.2018, em decorrência do pagamento de profissionais e consultores que atuaram na reestruturação do Grupo. O contrato previa que o acordo seria pago em 12 parcelas mensais, iniciando a primeira em janeiro/2019. Contudo, em 23.07.2019 a empresa apresentou à Administração Judicial um termo aditivo ao acordo original, que altera o valor (R\$ de R\$ 2.258.210,06 para R\$ 2.231.749,00), as competências (01.2017 a 08.2018), bem como condições de pagamento. Nesse aditivo, confirma o pagamento do valor de R\$ 2 milhões, e indica saldo residual de R\$ 231.749,00, que deverá ser quitado até 12.2019.

**2 a 4 Mútuos entre Engevix Defesa e Nova Engevix:** O Grupo Ecovix disponibilizou os contratos de mútuos firmados entre as partes. A operação ocorreu de forma triangular, ou seja, inicialmente fora realizado empréstimo da empresa Ecovix para grupo a Engevix Defesa e posteriormente da Engevix Defesa para Nova Engevix. Todos os contratos foram firmados em data posterior às operações, contendo cláusula de efeitos retroativos, incidência de juros de 0,7% ao mês e devolução em até 365 dias após os depósitos integrais. A Companhia foi questionada sobre as datas de assinatura dos contratos e o pagamento de juros que não foi verificado no caixa.

**5. Mútuo Brava:** Em 7 de março de 2019, a Ecovix firmou contrato de mútuo com a empresa Brava Locadora de Bens Ltda., no valor de R\$ 3.120.000,00, com juros de 1% ao mês. Com prazo máximo de devolução em até 60 dias. A companhia informou que precisou do recurso para pagar os impostos da IN 513, que ocorreram em 11, 12 e 28 de março. O valor foi devolvido no mês seguinte, com juros.

**6. Termo de Entendimento Fiscal:** em 01 de janeiro de 2019, houve a assinatura de termo de entendimento fiscal para utilização do prejuízo da Nova Engevix na compensação do PERT. Em suma, a Engevix Projetos transferiu R\$ 71.014.368,57 em favor do Grupo Ecovix, a título de base de cálculo negativa de CSLL e prejuízo fiscal, o que resultou no aproveitamento de R\$ 24.144.885,17 (essencial, portanto, para o planejamento fiscal, adesão ao PERT e pagamento de tributos). Assim, aplicado o deságio de mercado para aquisição desse tipo de crédito - 70%, chegou-se ao crédito de R\$ 7.243.465,58 do Grupo Ecovix para com a Engevix Projetos. Atualmente o saldo devedor é de R\$ 14.696,00.

**NOTA:** a companhia noticiou que, segundo a equipe tributária, a restituição do Reintegra ocorreria em fevereiro, e por este motivo a empresa realizou mútuos com a Engevix, pois não viu prejuízo ao fluxo de caixa, contando com esse valor. Todavia, a restituição ocorreu apenas em abril, e a empresa viu-se obrigada a solicitar recursos da Brava para cobrir os custos com impostos. Observa-se, contudo, que nesse período a empresa tinha para receber da Nova Engevix, o valor de R\$ 2.450.000,00, questionado, o Grupo Ecovix não informou o motivo de não ter solicitado a devolução do valor, o que reduziria o custo financeiro de uma operação com terceiro.

**NOTA 2:** A Ecovix prestou novas informações a justificar o repasse de R\$ 2.000.000,00 à Nova Engevix. Feita análise minuciosa da documentação que instruiu os autos, a Administração Judicial identificou que, de fato, a nova gestora dispensou recursos na contratação de equipes/consultoria especializadas na área aduaneira/tributária, cujas atividades realizadas computaram o valor de R\$ 2.211.213,45.

# 7. PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL



## Meios de Recuperação

### NO PRAZO DE DOIS ANOS

- 1) Pagamento dos credores trabalhistas incontroversos e negociação coletiva para encerrar reclamações em andamento;
- 2) Constituição da UPI-1 com transferência de ativos e dívidas;
- 3) Conclusão de negociação de processos de monetização para pagamento de credores e estabilização do caixa do estaleiro;
- 4) Emissão de títulos mobiliários (Debêntures 1ª e 2ª Emissão);
- 5) Instrumentalização do alongamento das dívidas;
- 6) Limpeza do estaleiro com a venda de materiais remanescentes para poder operar;
- 7) Início dos projetos para expansão de novas atividades (atividade portuária, processamento de aço para indústria metal mecânica e finalização da P-71);
- 8) Venda do Estaleiro para operador (*backstop underwriter*).

### ENTRE 2 E 8 ANOS - PERÍODO E A RETOMADA DO MERCADO

- 1) Reorganização operacional a partir da posição do operador;
- 2) Captação de novos recursos para expansão das atividades;
- 3) Estabilização financeira e operacional para participação de novas concorrências;
- 4) Busca de investidor estratégico para alienação e pagamento dos credores (os credores terão que aprovar, na forma do mecanismo do PRJ, a venda para investidor estratégico).

# 7. PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

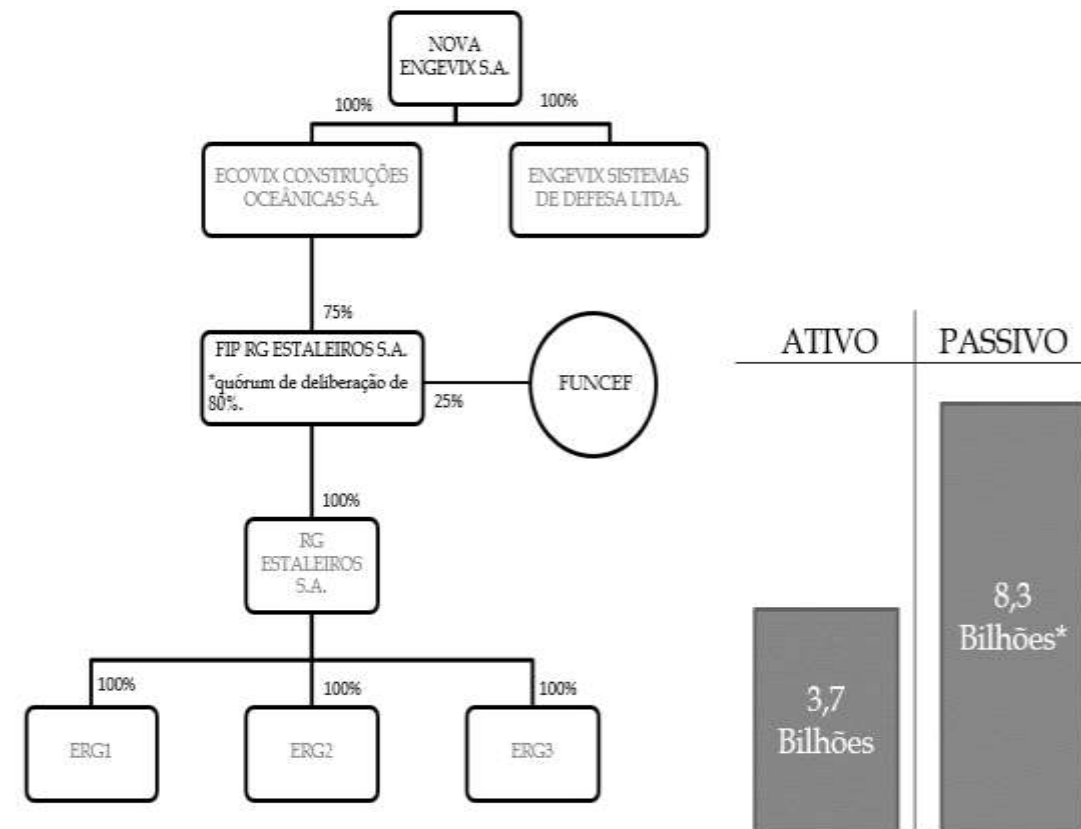


## Meios de Recuperação

### A UPI SERÁ CONSTITUÍDA CONSIDERANDO PARTES DOS ATIVOS

- ✓ Constituição da UPI-1 por operação societária prevista no PRJ e aprovada em AGC (o PRJ agrega flexibilidade para a referida operação, a fim de que o melhor mecanismo possa ser utilizado após 2 anos da homologação).
- ✓ Pagamento mínimo de R\$18.500.000,00 e assunção do passivo das Classes II e III, bem como de credores extraconcursais, devidamente reestruturados na forma do PRJ.
- ✓ A quantidade de credores que aderirem à Debênture 2ª Emissão (sem deságio), irá determinar o deságio da Debênture 1ª Emissão (observando que, se todos os credores que estão aptos a aderir à Debênture 2ª Emissão o fizerem, o deságio, considerando o ativo de R\$ 3,7 bilhões, será de 76,64%) (necessário aguardar as adesões para se ter o deságio exato).
- ✓ UPI-1 será a emissora das debêntures que serão subscritas e integralizadas com créditos dos credores das Classes II e III (os credores receberão as debêntures em pagamento da dívida do Grupo Ecovix, tornando-se credores da UPI-1).
- ✓ UPI-1 será responsável pelo pagamento das debêntures, nos termos da escritura de emissão, com previsão de eventos de liquidez.
- ✓ O investidor que adquirir a UPI-1, portanto, irá adquirir, além dos ativos, as dívidas das Classes II e III, reestruturadas na forma do PRJ.

### VISÃO GERAL



\*Incluindo R\$ 350 milhões de passivo extraconcursal e R\$ 80 milhões de passivo fiscal já liquidado.

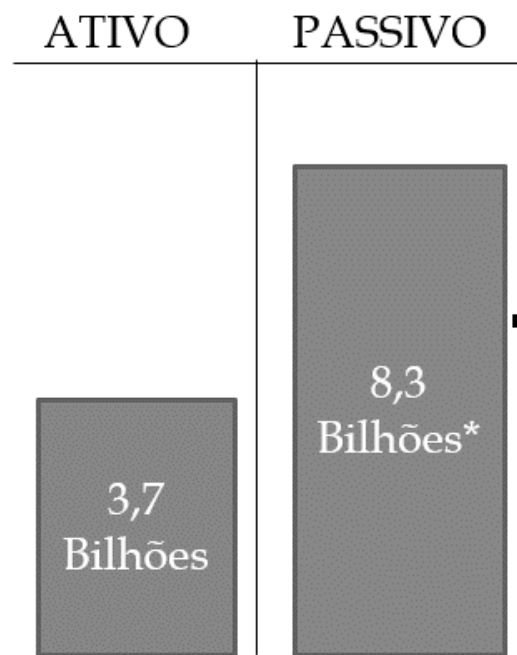
# 7. PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL



## Meios de Recuperação

### VISÃO GERAL SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DA UPI-1

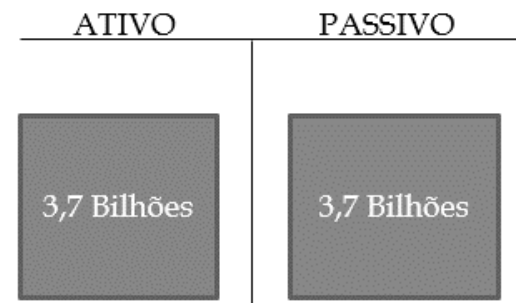
#### PASSIVO DO GRUPO ECOVIX



\*Incluindo a dívida fiscal já reconhecida e extraconcursal



#### UPI



\*\* Classe III inteira, extraconcursais aderentes e passivo repanescente da Classe II

#### ATIVIDADE REMANESCENTE



\*\*Passivo Fiscal:

Passivo Fiscal Contingente: ilíquido

Passivo Trabalhista Ilíquido: estima-se R\$ 48,5 milhões



## Meios de Recuperação

### UPI-1

ATIVO	PASSIVO
3,7 Bilhões	3,7 Bilhões*

### DÍVIDA DA UPI-1

Créditos da Classe III: R\$ 2,8 bilhões (após aplicação do deságio\*) a serem quitados mediante subscrição das Debêntures 1ª Emissão.

Valor de R\$ 55 milhões remanescentes da Classe II, quitados mediante subscrição das Debêntures 2ª Emissão ou título de dívida equivalente.

Valor de R\$ 843.910.166,23, referente aos credores extraconcursais e detentores de garantias de participação societária (estimando-se a adesão ao PRJ).

**Debêntures 2ª Emissão (estimado): R\$ 844 milhões**

*Principais Credores: Bradesco (R\$ 667.174.823,78), Banrisul (R\$ 84.845.360,83) e Banco Pine (R\$ 81.143.882,81); e IMG (R\$ 10.746.098,81).*

**Debêntures 1ª Emissão: R\$ 2,8 bilhões**

*Principais Credores: SSF/Petrobrás (R\$ 4.373.939.014,90), COSCO (R\$ 588.180.724,47) Banco do Brasil (R\$ 351.574.738,29) e CEF (R\$ 285.042.171,86).*

*\*o deságio poderá variar de 76,64% para percentual inferior, de acordo com a quantidade de credores que optar por aderir às Debênture 2ª Emissão, que não preveem deságio. No atual cenário o deságio estimado é de 60% (principalmente em razão da não adesão do BB e CEF).*



## Atividade Remanescente

**OS ATIVOS REMANESCENTES PERMANECERAM COM A ATIVIDADE PRINCIPAL DO GRUPO.**

ATIVIDADE REMANESCENTE	
ATIVO	PASSIVO
120 milhões + TSA + ilíquidos	Passivos fiscais e trabalhistas

\* Dívida das Classes I e IV serão quitadas antes da formação da UPI-1 ou mediante a utilização do lance a ser ofertado.

\*\* Chapas, sobras de FPSO e Drillship, verbas estabelecidas no TSA e demandas judiciais em andamento

## DÍVIDA REMANESCENTE

- Passivo Fiscal Líquido: R\$ 80 milhões (estimado).
- Passivo Fiscal Contingente: ilíquido.
- Passivo Trabalhista Ilíquido: estima-se R\$ 48,5 milhões.

## ATIVIDADE REMANESCENTE

1. Operação do estaleiro durante o período de transição.
2. Venda de sucatas (sobras da construção original de plataformas – FPSO e Drillship).
3. Revisão do passivo fiscal.
4. Eventos de monetização decorrentes de processos em andamento.
5. Desenvolvimento de atividades de reparo durante a estruturação da UPI-1.
6. Consultoria de engenharia para o mercado naval (inclusive para a própria UPI-1).



# 7. PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL



## Proposta de Pagamento

### Classe I Trabalhista

1ª Tranche: Até 5 salários mínimos por credor, referente aos valores devidos no período de 3 meses anteriores à data do ajuizamento da recuperação, no prazo de 30 dias após a homologação

2ª Tranche: O restante será pago em 1 ano (4 parcelas trimestrais)

### Classe II Garantia Real

**Opção A.** Debêntures da 2ª Emissão emitidas pela UPI-1

**Opção B:** (i) R\$ 15.000.000,00, no prazo de 1 ano, dividido em parcelas progressivas; (ii) 60% do valor que sobejar o montante de R\$ 15.000.000,00 da alienação dos bens que compõem a garantia real; e (iii) o remanescente será subscrito em Debêntures da 2ª Emissão

### Classe III Quirografários

**Em geral:** Debêntures 1ª Emissão (até 76,46% de deságio na subscrição, a depender da quantidade de credores em cada emissão), emitidas pela UPI-1.

Cada fornecedor receberá R\$ 30 mil, até o limite do seu crédito, em pagamento parcial ou total em até 180 dias da homologação judicial do Plano.

**Fornecedores:** (i) devolução de equipamentos não utilizados na construção das plataformas; e/ou (ii) 2% aplicado sobre o valor global do novo contrato, limitado a R\$ 5.000.000,00 por credor.

### Classe IV ME e EPP

Receberá o crédito integral em 3 anos (sem prejuízo de antecipação já proposta pelo Grupo Ecovix).

# 7. PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL



## Prestação de Contas

### CRÉDITOS TRABALHISTAS

Para interpretação adequada da prestação de contas quanto aos créditos trabalhistas, importa mencionar que o montante arrolado no edital do art. 7º, §2º da Lei 11.10/2005, considerou créditos contingentes (em discussão judicial) como estimativas, que tornar-se-ão líquidos no decorrer do processo. Dada essa premissa, não são todos os credores listados no edital que estão habilitados ao recebimento do crédito, considerando não haver os requisitos de certeza, liquidez e exigibilidade dos valores arrolados.

Dessa forma, os créditos inerentes aos pagamentos realizados na primeira e segunda parcelas eram ou se tornaram líquidos após publicação do edital, comprovada mediante a apresentação de certidão de habilitação de créditos da Justiça do Trabalho, recebidas administrativamente pela Administração Judicial.

Ainda, a Recuperanda não obteve a informação acerca das contas de todos os credores. A administração Judicial já está interagindo com a equipe da empresa para que providencie as contas destes credores e, tão logo o faça, proceda com a transferência das quantias reservadas. Segue breve resumo quanto ao pagamento dos credores trabalhistas até o momento.

As diferenças apontadas em relação ao total da classe I relacionado na Recuperação Judicial e ao valores passíveis de pagamento, são originados pelas ações em andamento, cujos valores foram provisionados e que ainda não tiveram sentenças de liquidação. Os valores serão devidamente adimplidos no momento da sua liquidação.

CLASSE	CREDOR	VALOR TOTAL PREVISTO R\$	VALOR TOTAL PAGO R\$	SALDO A PAGAR R\$	PARCELAMENTO EM R\$					STATUS
					PREVISTO			REAL		
					CONDIÇÕES	DATA VENC	VALOR PARCELA	DATA PAGTO	VALOR PAGO	
CLASSE I	TRABALHISTA	7.048.332,11	2.846.772,86	4.201.559,25	ENTRADA	21/09/18	R\$ 697.694,26	21/09/18	R\$ 19.080,00	PAGO
					1ª PARCELA	19/11/18	R\$ 1.587.659,46	19/11/18	R\$ 111.930,91	PAGO
					2ª PARCELA	18/02/19	R\$ 1.587.659,46	18/02/19	R\$ 428.598,51	PAGO
					3ª PARCELA	19/05/19	R\$ 1.587.659,46	20/05/19	R\$ 430.167,28	PAGO
					4ª PARCELA	19/08/19	R\$ 1.587.659,46	19/08/19	R\$ 1.667.580,98	PAGO
					SALDO	DIVERSOS	DIVERSOS	01/11/19	R\$ 143.100,00	PAGO
								05/11/19	R\$ 19.865,03	PAGO
								11/11/19	R\$ 18.320,27	PAGO
								13/01/20	R\$ 5.267,50	PAGO
								17/01/20	R\$ 2.862,38	PAGO
DEFINIR	R\$ 4.201.559,25	A PAGAR								

Atualizado até janeiro/2020.

# 7. PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL



## Prestação de Contas

### CRÉDITO COM GARANTIA REAL

Em 22.11.2018 houve o primeiro pagamento ao credor Bradesco, no valor de R\$ 1.000.000,00 conforme acordo. O pagamento da segunda parcela do acordo deveria ter ocorrido em fevereiro de 2019, contudo, considerando a não ocorrência dos leilões em data anterior, restou prejudicado o cumprimento. A empresa providenciou a renegociação parcelando o valor de R\$ 1 milhão em duas parcelas, uma com vencimento em 07.03 e a segunda em 11.04, ambas foram adimplidas. A parcela do mês de agosto foi devidamente adimplida em 22.08.2019 no valor de R\$ 3 Milhões. As duas próximas parcelas serão em 22/08/2020 e 22/02/2021.

### CRÉDITOS QUIROGRAFÁRIOS

O prazo para pagamento da parcela de até R\$ 30.000,00 para os credores quirografários findou em fevereiro de 2019. A Administração Judicial recebeu os comprovantes de pagamento dos credores até o mês janeiro de 2020. Considerando o volume de informações enviadas, a Administração Judicial está analisando detalhadamente os dados e comprovantes informados. Segue resumo da programação de pagamentos pela empresa. Verifica-se que ainda que há saldo representativo a ser quitado pela Companhia, mas em decorrência do não fornecimento das informações bancárias para pagamento, conforme disposto no plano, não houve o pagamento.

CLASSE	CREDOR	VALOR TOTAL PREVISTO R\$	VALOR TOTAL PAGO R\$	SALDO A PAGAR R\$
CLASSE III	QUIROGRAFÁRIOS	7.347.614,09	2.586.696,28	4.760.917,81

### CRÉDITOS DE ME/EPP

Considerando que os credores desta classe receberão o crédito integral em até em 3 anos (sem prejuízo de antecipação já proposta pelo Grupo Ecovix), bem assim considerando os prazos, a primeira parcela venceu em 20.08.2019 e foram pagos os credores que haviam informado os dados bancários para a empresa.

CLASSE	CREDOR	VALOR TOTAL PREVISTO R\$	VALOR TOTAL PAGO R\$	SALDO A PAGAR R\$	PARCELAMENTO EM R\$					STATUS
					PREVISTO		REAL			
					CONDIÇÕES	DATA VENC	VALOR PARCELA	DATA PAGTO	VALOR PAGO	
CLASSE IV	EM/EPP	14.028.303,12	3.072.477,25	10.955.825,87	1ª PARCELA	22/08/19	R\$ 4.676.101,04	21/08/19	R\$ 2.730.316,75	PAGO
								22/08/19	R\$ 264.209,95	PAGO
								26/08/19	R\$ 24.840,73	PAGO
								27/08/19	R\$ 23.967,07	PAGO
								12/09/19	R\$ 16.763,53	PAGO
								01/11/19	R\$ 12.379,22	PAGO
								DEFINIR	R\$ 1.603.623,79	A PAGAR
					2ª PARCELA	22/08/20	R\$ 4.676.101,04	21/08/20	R\$ 4.676.101,04	A PAGAR
3ª PARCELA	22/08/21	R\$ 4.676.101,04	21/08/21	R\$ 4.676.101,04	A PAGAR					

Atualizado até janeiro/2020.

# 8. PRESTAÇÃO DE CONTAS LEILÕES



## Prestação de contas - leilões

### LEILÃO P-71

Nos mês de junho houve a arrematação via leilão dos blocos da P-71 que chegam a, aproximadamente, 38 mil toneladas, divididos em 30 lotes de diversos materiais. Os bens foram arrematados por R\$ 7.550.000,00, com entrada de 10% de caução e o saldo em 9 parcelas programadas nos dias exatos dos pagamentos. Ainda não houve o ingresso do recurso desse leilão na companhia.

### LEILÃO P-72

Em 23.08.2019 houve arrematação de 26.105 toneladas de materiais vinculados a P-72, o valor total alcança R\$ 17.249.139,80, houve depósito da caução no valor de R\$ 3.449.827,96. A composição do valor é a seguinte: valor da mercadoria em si de R\$ 6.787.453,60, custo de ressarcimento, de carregamento do material em R\$ 7.315.910,20 e custo de serviço de corte a ser efetuado nos blocos remanescentes de R\$ 3.145.686,00. Em janeiro, a empresa recebeu o recurso de R\$ 271.492 proveniente da parcela 02/05 do material da P-72 adquiridos pela Gerdau, cuja prestação de contas encontra-se no slide seguinte.

### RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS ATUALIZADA

NOTA	Data	Leilão	Valores de Ingresso	Objeto de prestação de contas	Aguarda prestação de contas	Diferenças Justificadas	TOTAL
	14/12/2017		767.413,33				
	18/12/2017		2.266.728,00		2.853.704,62	180.436,71	3.034.141,33
	15/03/2018		283.201,00		281.490,20	1.710,80	283.201,00
	29/03/2018		61.475,00		61.475,00	-	61.475,00
	07/05/2018		457.521,00		457.521,00	-	457.521,00
	05/06/2018		934.836,00		932.751,60	2.084,40	934.836,00
	06/08/2018		583.830,00		581.927,60	1.902,40	583.830,00
1.	22/10/2018	Drill Ship	17.424.000,00	11.143.231,97	-	R\$6.280.768,03	17.424.000,00
	29/10/2018		5.709.125,00	5.706.965,03		2.159,97	5.709.125,00
	05/02/2019		1.005.050,25	973.533,29		31.516,96	1.005.050,25
	26/02/2019		9.753,00	7.564,60		2.188,40	9.753,00
	24/04/2019		2.511.518,25	2.483.664,45		27.853,80	2.511.518,25
	22/05/2019		50.000,00	10.000,00		40.000,00	50.000,00
2.	27/06/2019	P-71	7.550.000,00			7.550.000,00	7.550.000,00
3.	23/08/2019	P-72	17.249.139,80	86.741,45	184.750,55	16.977.647,80	17.249.139,80
<b>TOTAL</b>			<b>56.863.590,63</b>	<b>25.493.829,36</b>	<b>-</b>	<b>31.098.269,27</b>	<b>56.863.590,63</b>

**Nota 1:** Diante do acordo entre Ecovix e Sete Brasil, ficou estabelecido o valor R\$ 6.370.834,97 para Ecovix, tendo havido a liberação de R\$ 4.370.834,97 e bloqueio de R\$ 2 milhões a pedido do MP\*. A prestação de contas dos recursos recebidos foi enviada pela recuperanda.

\*Em março de 2020, entendendo haver esclarecimentos suficientes quanto ao repasse de valores à unidade gestora Nova Engevix, após referências da Administradora Judicial (fl. 19.584) de que o repasse tem previsão no plano de recuperação judicial quanto à viabilidade de financiar as atividades do Grupo como meio de auferir novos recursos, análise da documentação apresentada pelas recuperandas e parecer favorável do Ministério Público (fl. 19.608) o juízo recuperacional determinou o desbloqueio do valor de 2 milhões.

**Nota 2 e 3:** os valores dos leilões da P-71 e P-72, embora caução depositada judicialmente, ainda não foram integralmente liberados para a Companhia. Apenas as parcelas 01 e 02/05 foram recebidas entre dezembro/2019 e janeiro/2020, referente ao material da P-72 adquirido pela Gerdau. Esta Administração Judicial recebeu o relatório de custos e serviços de corte da P-72 e da análise verificou-se que o valor efetivamente realizado de custos atingiu R\$ 3.129.378,93, sendo que o valor de desembolso alcançou R\$ 3.793.742,75 considerando adiantamentos a fornecedores, cuja entrega de material deve ocorrer nos períodos seguintes. A prestação de contas dos valores recebidos com os recursos do leilão está na página seguinte.



# 8. PRESTAÇÃO DE CONTAS LEILÕES



## Prestação de contas - leilões

PRESTAÇÃO DE CONTAS LEILÕES							
	nov/2018 a jan/2019	fev a abr/2019	mai a jun/2019	jul a ago/2019	set a out/2019	nov a dez/2019	jan/2020
<b>ENTRADA DE RECURSOS C/ VENDAS DO LEILÃO</b>	<b>12.512.906,74</b>	<b>981.097,89</b>	<b>2.493.664,45</b>	<b>R\$0,00</b>	<b>R\$4.370.834,97</b>	<b>R\$271.492,00</b>	<b>R\$271.492,00</b>
<b>PAGAMENTOS REALIZADOS C/ RECURSO DO LEILÃO</b>							
<b>DESTINAÇÃO</b>	<b>R\$</b>	<b>R\$</b>	<b>R\$</b>	<b>R\$</b>	<b>R\$</b>	<b>R\$</b>	<b>R\$</b>
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	1.102.113,72	-	170.318,36	201.820,26	310.123,66	265.005,60	46.988,44
DESPESAS C/ MANUTENÇÃO E REPARO DO ESTALEIRO	-	-	-	-	378.078,97	191.343,65	60.123,22
IMPOSTOS	6.828.023,52	-	-	-	-	-	-
LOGÍSTICA, TRANSPORTE ETC.	1.530.578,72	-	-	-	-	-	-
FOLHA DE PAGAMENTO	1.776.779,46	998.200,89	798.454,60	952.869,95	1.229.434,67	1.930.907,00	258.662,74
DESPESAS JURÍDICAS	1.275.683,53	-	-	-	441.920,88	82.794,47	82.588,00
<b>TOTAL DE PAGAMENTOS</b>	<b>12.513.178,95</b>	<b>998.200,89</b>	<b>968.772,96</b>	<b>1.154.690,21</b>	<b>2.359.558,18</b>	<b>2.470.050,72</b>	<b>448.362,40</b>
SALDO ANTERIOR RECURSO LEILÃO	19.206,41	18.934,20	1.831,20	1.526.722,69	372.032,48	R\$2.383.309,27	R\$184.750,55
ENTRADA RECURSO LEILÃO	12.512.906,74	981.097,89	2.493.664,45	-	R\$4.370.834,97	R\$271.492,00	R\$271.492,00
<b>SALDO RECURSO LEILÃO</b>	<b>18.934,20</b>	<b>1.831,20</b>	<b>1.526.722,69</b>	<b>372.032,48</b>	<b>R\$2.383.309,27</b>	<b>R\$184.750,55</b>	<b>R\$7.880,15</b>



MEDEIROS & MEDEIROS  
ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

# ANEXOS

RELATÓRIO MENSAL DE  
ATIVIDADES (RMA)

  
ÍNDICE

I - CERTIDÕES NEGATIVAS

II – RELATÓRIO DE MANUTENÇÃO DO ESTALEIRO



# MEDEIROS & MEDEIROS

ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

[administradorjudicial.adv.br](http://administradorjudicial.adv.br)

PORTO ALEGRE / RS

NOVO HAMBURGO / RS

SÃO PAULO / SP

CAXIAS DO SUL / RS

BLUMENAU / SC

AV. DR. NILO PEÇANHA, 2900/701  
TORRE COMERCIAL IGUATEMI BUSINESS  
BAIRRO CHÁCARA DAS PEDRAS  
CEP: 91330-001  
51 3062.6770

RUA JÚLIO DE CASTILHOS, 679/111  
CENTRO EXECUTIVO TORRE PRATA  
BAIRRO CENTRO  
CEP: 93510-130  
51 3065.6770

AV. NACÕES UNIDAS, 12399/133 B  
ED. COMERCIAL LANDMARK  
BAIRRO BROOKLIN NOVO  
CEP: 04578-000  
11 2769-6770

RUA ÂNGELO CHIARELLO, 2811/501  
CENTRO EMPRESARIAL CRUZEIRO  
BAIRRO PIO X  
CEP: 95032-460  
54 3419.7274

RUA DR. ARTUR BALSINI, 107  
BBC BLUMENAU  
BAIRRO VELHA  
CEP: 89036-240  
47 3381-337



**MEDEIROS  
& MEDEIROS**  
ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

# ANEXO I





**MEDEIROS  
& MEDEIROS**  
ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

## ANEXO II



**PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA**  
**SUBSECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO**  
**COORDENADORIA DO ISS E TAXAS**

Nº AUTENTICAÇÃO **5618632282**  
 ÓRGÃO **F/SUBTF/CIS-4**  
 CONTROLE **07350/2020**

NOME / RAZÃO SOCIAL / ENDEREÇO

**ENGEVIX SISTEMAS DE DEFESA LTDA.**  
**RUA DA ASSEMBLEIA 000066 SAL 1501**  
**CENTRO RIO DE JANEIRO 20011-000 RJ**

CNPJ

**17.633.309/0002-00**

INSCRIÇÃO MUNICIPAL

**0.600.230-7**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - Modelo 1**

CERTIFICA-SE que, até a presente data, em relação ao contribuinte acima qualificado, não há auto de infração, nota de lançamento, parcelamento, débito confessado em pedido de parcelamento ou nota de débito pendentes de pagamento integral, ou débito escriturado em livro fiscal ou declarado por meio eletrônico, vencidos e não pagos. Fica, entretanto, assegurado ao Município o direito de cobrança de qualquer débito que vier a ser verificado posteriormente, inclusive no que diz respeito às penalidades cabíveis previstas na legislação em vigor. **A presente certidão, válida para todas as inscrições sediadas no Município do Rio de Janeiro, vinculadas aos oito primeiros dígitos do CNPJ ou ao CPF acima, serve como prova perante qualquer órgão público ou privado.**

VALIDADE: 180 (cento e oitenta) dias da data de sua expedição.

Certidão expedida com base na Resolução SMF nº 1897, de 23/12/2003 e alterações posteriores.

Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 2020.

HORA: 13:15:52

Dispensada a assinatura do Fiscal de Rendas, conforme art. 5º-A, da Resolução SMF Nº 1.897.

OBSERVAÇÕES

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página eletrônica da Secretaria Municipal de Fazenda, na internet, no endereço (<http://www.rio.rj.gov.br/web/smf>).

O presente documento não certifica inexistência de débitos do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza declarados pelo contribuinte no âmbito do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional. Caso o contribuinte seja ou tenha sido optante pelo Simples Nacional nos últimos 5 (cinco) anos, a presente certidão deverá ser complementada por certidão de situação fiscal fornecida pela Receita Federal do Brasil.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DA FAZENDA  
RECEITA ESTADUAL

Certidão de Situação Fiscal nº **0014478243**

Identificação do titular da certidão:

Nome: **ECOVIX ENGEVIX CONST OCEANICAS S/A**  
Endereço: **AV ALM MAXIMIANO FONSECA, 4361, KM 6 BR 392  
RIO GRANDE - RS**  
CNPJ: **11.754.525/0003-09**

Certificamos que, aos **29** dias do mês de **JANEIRO** do ano de **2020**, revendo os bancos de dados da Secretaria da Fazenda, o titular acima enquadra-se na seguinte situação:

**CERTIDAO NEGATIVA**

Descrição dos Débitos/Pendências:

Esta certidão **NÃO É VÁLIDA** para comprovar;

a) a quitação de tributos devidos mensalmente e declarados na Declaração Anual de Simples Nacional (DASN) e no Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional (PGDAS-D) pelos contribuintes optantes pelo Simples Nacional;

b) em procedimento judicial e extrajudicial de inventário, de arrolamento, de separação, de divórcio e de dissolução de união estável, a quitação de ITCD, Taxa Judiciária e ITBI, nas hipóteses em que este imposto seja de competência estadual (Lei nº 7.608/81).

No caso de doação, a Certidão de Quitação do ITCD deve acompanhar a Certidão de Situação Fiscal.

Esta certidão constitui-se em meio de prova de existência ou não, em nome do interessado, de débitos ou pendências relacionados na Instrução Normativa nº 45/98, Título IV, Capítulo V, 1.1.

A presente certidão não elide o direito de a Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul proceder a posteriores verificações e vir a cobrar, a qualquer tempo, crédito que seja assim apurado.

Esta certidão é válida até 28/3/2020.

Certidão expedida gratuitamente e com base na IN/DRP nº 45/98, Título IV, Capítulo V.

Autenticação: **0024197865**

A autenticidade deste documento deverá ser confirmada em <https://www.sefaz.rs.gov.br>.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DA FAZENDA  
RECEITA ESTADUAL

Certidão de Situação Fiscal nº **0014478250**

Identificação do titular da certidão:

Nome: **RG ESTALEIRO ERG1 S A EM RECUPERACAO JUDICIAL**

Endereço: **AV ALM MAXIMIANO FONSECA, 4361, KM 6 BR 392  
ZONA PORTUARIA, RIO GRANDE - RS**

CNPJ: **06.054.101/0002-02**

Certificamos que, aos **29** dias do mês de **JANEIRO** do ano de **2020**, revendo os bancos de dados da Secretaria da Fazenda, o titular acima enquadra-se na seguinte situação:

**CERTIDAO POSITIVA**

Descrição dos Débitos/Pendências:

Possui 1 CGCTE(s) com Omisso/Inconsistente GIA:

100/0319315(Nov/19)

Possui 2 Debito(s) AUL/DAT:

2 Jud Parcelado

Esta certidão **NÃO É VÁLIDA** para comprovar;

a) a quitação de tributos devidos mensalmente e declarados na Declaração Anual de Simples Nacional (DASN) e no Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional (PGDAS-D) pelos contribuintes optantes pelo Simples Nacional;

b) em procedimento judicial e extrajudicial de inventário, de arrolamento, de separação, de divórcio e de dissolução de união estável, a quitação de ITCD, Taxa Judiciária e ITBI, nas hipóteses em que este imposto seja de competência estadual (Lei nº 7.608/81).

No caso de doação, a Certidão de Quitação do ITCD deve acompanhar a Certidão de Situação Fiscal.

Esta certidão constitui-se em meio de prova de existência ou não, em nome do interessado, de débitos ou pendências relacionados na Instrução Normativa nº 45/98, Título IV, Capítulo V, 1.1.

A presente certidão não elide o direito de a Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul proceder a posteriores verificações e vir a cobrar, a qualquer tempo, crédito que seja assim apurado.

Esta certidão é válida até 28/3/2020.

Certidão expedida gratuitamente e com base na IN/DRP nº 45/98, Título IV, Capítulo V.

Autenticação: **0024198858**

A autenticidade deste documento deverá ser confirmada em <https://www.sefaz.rs.gov.br>.

	ESTALEIRO RIO GRANDE	RELATÓRIO	
	Relatório Fotográfico		FOLHA: 1 de 12
	Relatório Fotográfico - Manutenção		

# Relatório Mensal

Janeiro - 2020

Departamento: Infraestrutura e Manutenção – Ecovix

Janeiro de 2020.



### 1 – Objetivo

O presente relatório tem por finalidade apresentar um resumo das atividades de manutenção e infraestrutura do Estaleiro Rio Grande – ERG 1 e ERG 2

### 2 – Descrição

As atividades de manutenção, preservação e infraestrutura registradas neste relatório foram executadas dentro dos estabelecimentos do Estaleiro Rio Grande ERG 1 e ERG 2 localizados na Rua Maximiano da Fonseca – Distrito Industrial – Rio Grande RS

### 3 – FOTOS



Tratamento e Pintura Porta Batel



Tratamento e Pintura Porta Batel



Tratamento e Pintura Porta Batel

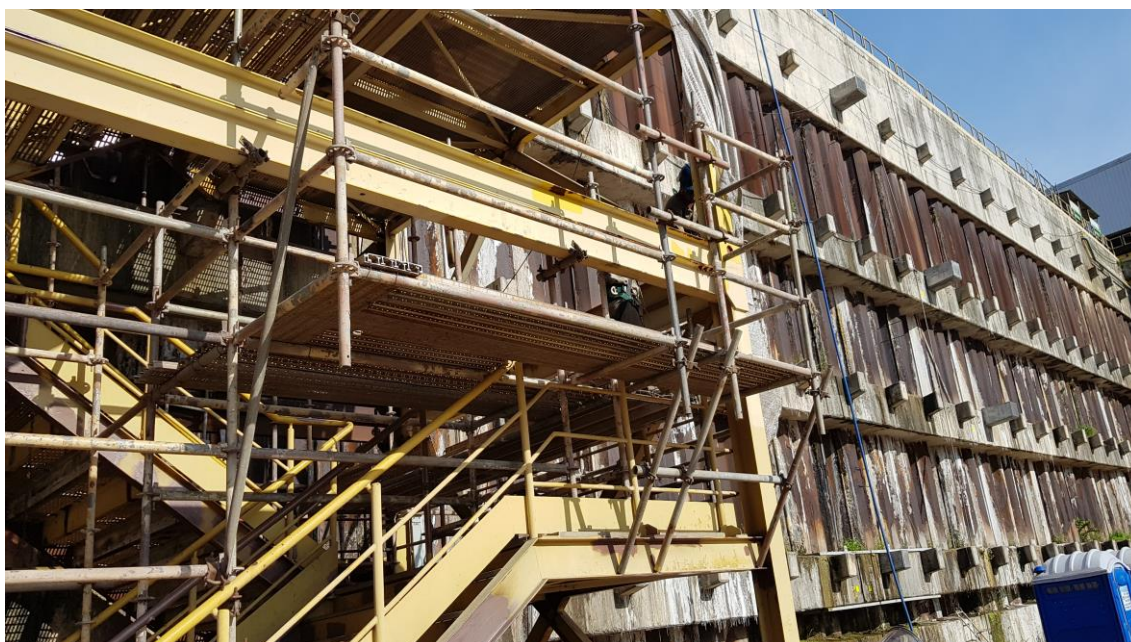


**Tratamento e Pintura Porta Batel****Tratamento e Pintura Porta Batel**





Manutenção Escadas de Acesso



Manutenção Escadas de Acesso





Manutenção Sistemas do Estaleiro



Manutenção Tratores





Manutenção Guindaste Sany 750 ton

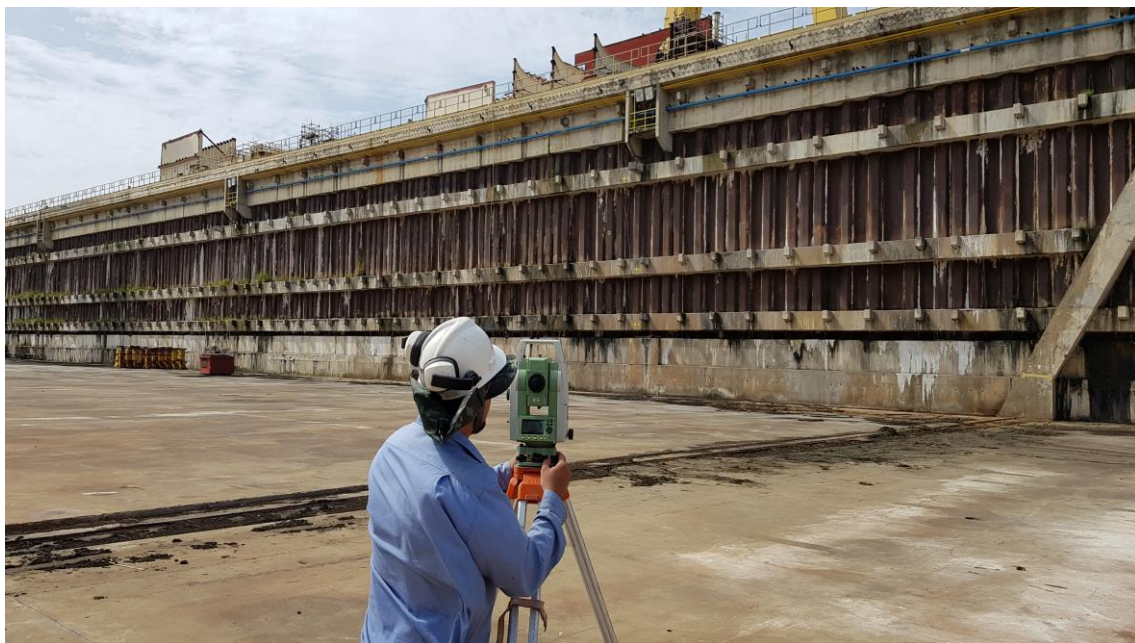


Manutenção Guindaste Sany 750 ton





Monitoramento Geotécnico do Dique Seco



Monitoramento Geotécnico do Dique Seco



Manutenção Casa de Bombas do Dique



Manutenção Casa de Bombas do Dique





Manutenção Casa de Bombas do Dique



Manutenção Casa de Bombas do Dique



Manutenção Kamag



Manutenção Kamag





Movimentação de Carga



Movimentação de Carga